

Seminário Anual de

PESQUISA

+ do Programa de Pós-Graduação em Educação do IFG

PPGE

Sociedade, educação e pesquisa: projetos em debate

caderno de resumos expandidos 2022

PPGE
Mestrado em Educação

 INSTITUTO FEDERAL
Goiás

+ Informações:  www.ifg.edu.br/ppge  ppge.goiania@ifg.edu.br



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO
SENSU EM EDUCAÇÃO CAMPUS GOIÂNIA

Caderno de Resumos Expandidos

APRESENTAÇÃO

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do IFG iniciou suas atividades em 2021 ofertando o curso de Mestrado Acadêmico em Educação e, tem como área de concentração a Educação. O trabalho é o eixo articulador pelo qual se organizam as atividades curriculares e de investigação, tomado em sua dupla dimensão - ontológica e histórica. Nessa direção, o PPGE/IFG tem como objetivo a qualificação de docentes e pesquisadores, cuja formação assegure a produção científica, a concepção e realização de projetos em educação. Assim, abre-se para os egressos o campo da educação, podendo sua atuação se estender aos diferentes níveis, etapas e modalidades de ensino, da educação básica à educação superior, nas redes de ensino municipal, estadual e federal, e em instituições ou organizações civis que desenvolvam atividades educacionais.

O Seminário Anual de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/IFG) se inclui de modo sistemático e articulado à matriz de formação, constituindo-se em atividade curricular obrigatória para os seus estudantes. Este seminário é fruto de estudos e pesquisas da primeira turma de mestrado do PPGE e expressa resultados parciais das dissertações de mestrado. Esta é a primeira edição deste Seminário, e tem como temática: **Sociedade, Educação e Pesquisa: projetos em debate.**

Esse Seminário Anual visa debater os projetos de pesquisa em andamento, desenvolvidos pelos mestrandos no âmbito do Programa, a fim de propiciar reflexões teórico-metodológicas sobre as pesquisas realizadas no Programa e favorecer interações e troca de experiências relacionadas à pesquisa e produção de conhecimento na área da Educação.

Construímos coletivamente esse caderno em que constam os Resumos Expandidos dos/das mestrandos/as e seus respectivos orientadores/as. Esperamos que esse I Seminário possa contribuir com a área da educação e da pesquisa por compreender a necessidade e importância no acesso e disseminação de conhecimentos entre pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação, entidades e comunidade em geral.

Sumário

LINHA 1: Trabalho, Políticas e Formação de Professores

NOME SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE GOIÁS 2008-20216

Bruno Brauna dos Santos Souza e Marcelo Lira Silva

UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIANO IFG DE GOIÂNIA (2009-2021)..... 12

Diana Rosa Rodrigues Ribeiro e Marcelo Lira Silva

O TRABALHO DOCENTE NO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS A DISTÂNCIA NO ESTADO DE GOIÁS 16

Elisa Pimentel Barbosa e Mad Ana Desiree R. de Castro

A POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NO PERÍODO DE 2019 – 2022: UM ESTUDO A PARTIR DO PROGRAMA BRASIL ALFABETIZADO (PBA REFORMULADO)22

Kamila da Silva Gonçalves e Mad Ana Desiree R. de Castro

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE GOIÂNIA (2020-2022).....28

Pedro Enrique Nunes Lima e Marcelo Lira Silva

LINHA 2: Teorias educacionais e práticas pedagógicas

EDUCAÇÃO, TECNOLOGIAS E GÊNERO: APROPRIAÇÃO DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES COMO DISPOSITIVO FORMATIVO NA ABORDAGEM DA IDENTIDADE DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL*34

Alberto Rodarte Ribeiro e Júlio César dos Santos

GESTÃO EDUCACIONAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS.....40

Alessandra da Silva Camelo e Telma Aparecida T. M. Silveira

FORMAÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS EMBASADOS NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL46

Anna Carollyna Torquato Ferreira e Duelci Aparecido de Freitas Vaz

FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE COVID-19.....	52
Aurizete da Silva Rezende e Joana Peixoto	
REPENSAR EDUCAÇÃO EM ANGOLA NA PERSPECTIVA DECOLONIAL: CORPO, CABELO E IDENTIDADE.....	58
Fernando Junior Adão e Paula Graciano Pereira	
A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISES A PARTIR DO PLANEJAMENTO DE TRABALHO DO/DA PROFESSOR/A	64
Hellen Cristine Vieira do Amaral e Telma Aparecida T. M. Silveira	
O CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA COMO PANORAMA DIALÓGICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS PELA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA	70
Karolynne Marques Ferreira e Alessandro Silva de Oliveira	
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA NO ESTADO DE GOIÁS	76
Lucas Batista Rodrigues da Costa e Cláudia Helena dos Santos Araújo	
A ABORDAGEM DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS	82
Matheus de Oliveira Fagundes e Cláudia Helena dos Santos Araújo	
FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA DE ACOLOHIMENTO E OS DESAFIOS DA PANDEMIA.....	88
Thalia Marques de Andrade e Paula Graciano Pereira	
JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS PRÁTICAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS NA CULTURA CORPORAL	94
Wemerton Martins Santos e Júlio César dos Santos	

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS GOIÂNIA I SEMINÁRIO ANUAL DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE) - 2022 SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E PESQUISA: PROJETOS EM DEBATE

NOME SOCIAL ENQUANTO POLÍTICA EDUCACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIAS E TECNOLOGIA DE GOIÁS 2008-2021

Orientando: SOUZA, Bruno Brauna dos Santos, bruno-braunabbs@hotmail.com
<http://lattes.cnpq.br/8177720102716407>

Orientador: SILVA, Marcelo Lira, marcelo.silva@ifg.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/9357911834311225>

Palavras Chaves: Nome social; Inclusão; Realidade; Diversidade; LGBTQIA+

Resumo: Objetiva-se analisar o processo de regulamentação do uso do nome social enquanto política educacional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás. Buscou-se dialogar com autores como Santos, (2009), Frigotto, (2010), Saviani, (2013), Pacheco, (2010), Almeida, (2015), dentre outros. Do ponto de vista da técnica de pesquisa opta-se pela pesquisa qualitativa, com fundamento analítico no método dialético. Para tanto, realiza-se uma investigação de estudo de caso e utiliza-se como técnica de pesquisa a documental, bibliográfica e entrevista semiestruturada. Os resultados preliminares que os arcabouço jurídico político são insuficientes para implementação de uma política educacional voltada a inclusão e reconhecimento do nome social para aqueles que o utilizam.

Problema /Justificativa

O nome é a principal referência individual do ser humano na sociedade e comunidade moderna. É o marco identificador da identidade, por meio dele que nos identificamos e reconhecemos o outro.

O reconhecimento do nome social sinaliza um marco histórico de conquista e rompimentos de barreiras e preconceitos, e avanço para o reconhecimento da identidade de gênero. De acordo com Bento (2014) debruçar sobre o “nome social” permite tecer reflexão de como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se engendram nas estruturas do Estado para frear, impedir e dificultar à ampliação a garantia de direitos plenos aos grupos sociais historicamente subalternizados.

O Movimento LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Queer, Intersexual e as demais expressões de gênero e de sexualidade) foi marcado historicamente por preconceitos, discriminações e violências. O reconhecimento de pessoas que não se

identifiquem ou não encaixam nos padrões de hetero-cis-normatividade ¹ rompem com o modelo de família de cultura tradicional imposto pela sociedade (cis-heteropatriarcado).

As lutas da população LGBTQIA+ foram deflagradas para garantir os direitos negados a grupos sociais específicos como forma de apagamento dessa população e de desmembramento unilateral do movimento contribuindo para a desigualdades e violações de direitos (CISNE; SANTOS, 2018, p.20).

Debruça-se sobre as temáticas de identidades gêneros com especificidade a adoção do nome social no instituto, constituem como campo de luta política e devem ser aprofundados e debatidas, possibilitando aos envolvidos, neste contexto social, o reconhecimento de sujeito de direito e a efetivação do direito sob a forma da identidade de gênero, permanência, de inclusão social e de pertencimento.

O objeto “nome social” sobretudo no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, campo em estudo de caso, torna-se pertinente pelo fato de entender-se as instituições superiores como espaço de formação, produção e difusão de concepção de mundo.

Outro motivo que destacamos o objeto “nome social” nas instituições de ensino encontra-se na diminuta na literatura existente.

Para desenvolvimento desta pesquisa parte-se da seguinte problemática: qual a função da política do nome social enquanto política educacional de reconhecimento do direito a identidade de gênero, particularmente a adoção de nome social no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás entre 2008-2021? (recorte histórico).

Objetivo Geral

Analisar o processo de reconhecimento e o direito a identidade de gênero e o uso do nome social, enquanto política educacional no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás.

Objetivos Específicos

- Analisar Lei nº 11.892 de 2008 que Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências;
- Pesquisar e analisar os documentos institucionais do IFG, como PDI, Estatuto e Regimento Geral dentro outros;

¹ Ao tratarmos de hetero-cis-normatividade estamos apontando um padrão que controla e força a orientação sexual, identidade e expressão de gênero dos indivíduos baseados na cisgeneridade e heterossexualidade. (JESUS, 2012).

- Compreender ação direta de inconstitucionalidade 4275/2018 de direito constitucional e registral. Alteração do prenome e do sexo no registro civil. Possibilidade direito ao nome, ao reconhecimento da personalidade jurídica, à liberdade pessoal, à honra e à dignidade.

Metodologia

Esta pesquisa está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo utiliza-se como técnica de pesquisa a pesquisa bibliográfica e documental estudo da legislação. A pesquisa documental “caracteriza pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p.69), sobretudo documentos legais (legislação). Sendo estes procedimentos fundamentais para melhor compreensão e validade desta pesquisa. Utiliza-se como fonte primária a Lei Federal 11.892 de dezembro de 2008 para compreender a particularidade do IFG. Pesquisa-se e analisa-se os documentos institucionais do IFG primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2012/2016 e o segundo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019/2023, Projeto Político Pedagógico (PPP), Regimento Interno, Estatuto Geral da instituição e a Resolução CONSUP/IFG de nº 30 de 17 de outubro de 2016.

Já a pesquisa bibliográfica fonte secundária, Segundo Gil (2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, utilizamos autores como: (SANTOS, 2009, FRIGOTTO, 2010, SAVIANI, 2013, PACHECO, 2010, ALMEIDA, 2015) dentre outros para sustentar a pesquisa.

O segundo capítulo versará sobre análise sobre direito a alteração de gênero e nome nos registros civis brasileiros que passaram a ser concebidos a partir da decisão do Supremo Tribunal Federal da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275 de 2018, permitindo que os transexuais pudessem alterar seus dados nos assentos civis brasileiros. Nesse capítulo debruça-se a entender os preceitos legais da utilização do nome social e sua relação com os documentos institucionais do Instituto Federal de Goiás, bem como seus limites e possibilidades.

Já o terceiro capítulo serão analisadas as entrevistas semiestruturadas com atores envolvidos na pesquisa. Para isso utiliza-se a entrevista semiestruturada com questões a respeito do tema a ser investigado, favorecendo não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade (TRIVINOS, 1987, p.152). Este capítulo estará em diálogo com o primeiro e segundo capítulos para ter-se uma melhor compreensão do

objeto de pesquisa como política educacional no IFG, no período compreendido entre 2008-2021 e seu desdobramento dentro da instituição.

Silva e Carneiro (2019) destacam que objeto é o ponto inicial de qualquer pesquisa, por meio dele podem surgir inquietações e questionamentos, que motivam o pesquisador a fim de tentar compreender o objeto na totalidade.

Pensando nestas perspectivas a pesquisa fundamenta-se no método dialético para compreender-se a dinâmica contraditórias e as transformações em curso na sociedade humanas, contemporânea, principalmente no que tange a população LGBTQIA+.

Como técnica de pesquisa e investigação utilizaremos a pesquisa a pesquisa quantitativa e qualitativa, pois “parte da necessidade de conhecer (através de percepções, reflexão e intuição) a realidade para transformá-la em processos contextuais e dinâmicos complexos (TRIVIÑOS, 1987, p. 51)”. Tendo como ponto de partida a realidade e o sujeito por serem elementos indissociáveis.

Trata-se de um estudo de caso, permitindo um amplo e pormenorizado conhecimento da realidade e dos fenômenos pesquisados. Segundo Yin (2001), “estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001 p. 33).

No que se refere à organização e interpretação dos dados quantitativos e qualitativos das entrevistas, utilizamos a análise de conteúdo. Sixto (1997), indica três fases de interpretação: primeira pré-análise, o foco desta etapa é a organização do material a ser analisado e o planejamento da análise que em identificar e determinar as dimensões que serão estudadas e que justifiquem a realização da análise. A segunda de codificação, o objetivo deste estágio é transformar dados brutos (o material original) em dados úteis (resultados de análise com base nos objetivos definidos).

A terceira fase é a categorização, o ponto de partida desta etapa está nos resultados obtidos. O objetivo é organizar e catalogar as unidades obtidas usando critérios de similaridade, diferenças, e contradições, obtendo uma visão ampla dos dados com os quais estamos trabalhando.

Resultados esperados

Analisar o processo de reconhecimento do direito a identidade de gênero particularmente a efetivação do uso do nome social no IFG (2018-2021).

Referências

- ALMEIDA, Wânia Manso. **O ensino técnico industrial no Brasil da República Velha ao Estado Novo**. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2010.
- BRASIL, **Ação Direta de Inconstitucionalidade: ADI 4275**, Brasília, 2018.
- BRASIL, **LEI Nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008.
- CARNEIRO, M, E, F; MESQUITA, M, C, G, D; AFONSO, L, H, R. **Os pressupostos da teoria social de Marx na perspectiva da pesquisa acadêmica**. In: PAIVA, Wilson Alves de (Org.). Reflexões sobre o método. Curitiba: CVR, 2017, p. 55-76.
- CISNE, M. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- IFG. **Resolução CONSUP/IFG de nº 030 de 17 de outubro de 2016**. Goiânia, 2016.
- OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis, Vozes, 2007.
- PACHECO, Eliezer. Os Instituto Federais. Uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Natal, IFRN, 2010,
- SAVIANI, Demerval. **História da História da Educação no Brasil: um balanço prévio e necessário**. In: V Colóquio de pesquisa sobre instituições escolares. 5., 2008. Anais. Uninove: São Paulo, 2008.
- SANTOS, S. M. M. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- SILVA, J, G; CARNEIRO, M, E, F. **O objeto de pesquisa e a sua fundamentação teórico-metodológica**. In: ZANATTA, Beatriz Aparecida; BALDINO, José Maria; CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes (Org.). Temas de educação V: olhares de resistência e esperança. Goiânia: Espaço acadêmico, 2019, p. 131-152.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **A Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Atlas, 1992.
- ULLEN, P, A. **Universidades para elsiglo XXI**. Buenos Aires: edUTecNe, 2009.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
CAMPUS GOIÂNIA



UM ESTUDO SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO IFG DE GOIÂNIA (2009-2021)

Diana Rosa Rodrigues RIBEIRO¹

Orientanda

Dr. Marcelo Lira SILVA²

Professor Orientador

Resumo:

Esta pesquisa pretende analisar o processo de criação, implantação e consolidação do curso de Licenciatura em História, particularmente no que diz respeito a relação de formação de professores e a Educação Básica, no Instituto Federal de Goiás/Campus Goiânia. Em um primeiro momento, analisar-se-á a legislação educacional interna e externa, particularmente a Lei de n. 11.822/2008, Estatutos, Regimentos, Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) dos períodos de 2012-2015 e 2019-2023 e as Diretrizes para Licenciaturas do Instituto Federal de Goiás (IFG). Em um segundo momento contará com a análise comparativa dos Projetos Pedagógicos (PPP) do curso de Licenciatura em História dos anos de 2009, 2014 e 2018. E por fim em um terceiro momento contará com entrevistas semiestruturadas de diferentes sujeitos envolvidos no processo: professores efetivos e substitutos, coordenadores, alunos cursantes e egressos.

Palavras-chave:

Licenciatura em História; Ensino Básico; Formação de professores; IFG; Formação omnilateral.

Apresentação/Justificativa:

A criação dos Institutos Federais de Goiás, tiveram, em sua fundação, como princípio a formação do indivíduo no Ensino Médio integrado ao tecnológico, bem como elevação de escolaridade horizontal e verticalmente. Desta forma, a Lei de criação, designa os diversos níveis e modalidades de ensino. Nessa perspectiva o ensino superior tinha como objetivo a formação de profissionais para a atuarem nesses diversos níveis e modalidades. Um dos cursos superiores a serem criados foi a Licenciatura em História.

Partindo dessa temática, este trabalho pretende analisar a Lei nº 11.822/2008, que “institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os IFs de educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providencias” (BRASIL, 2008, p. 01)³, essas providencias permitem sua atuação em diversos níveis e modalidades. Este trabalho tem por motivação o estudo do objeto: o processo de criação, implantação e consolidação do Curso de

¹ dianarosa.ifg@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8585765903172002>

² marcelo.silva@ifg.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/9357911834311225>

³ Na citação da Lei o termo IFs se refere a Institutos Federais.

Licenciatura em História do Instituto Federal de Goiás/Campus Goiânia, com o recorte histórico de 2009 e 2021.

Da leitura prévia da documentação e bibliografias, surge a problemática: qual a relação entre a formação de professores do curso de Licenciatura em História do IFG/Campus Goiânia e a Educação Básica?

Desta problemática surgem os questionamentos: Como foi criado, implantado e consolidado o curso de Licenciatura em História do IFG/Campus Goiânia? Qual a política de formação de professores do IFG, em especial o curso de Licenciatura em História? Quais são os avanços e limites da lei em relação a formação de professores? Os professores em formação lecionam nos cursos básicos de formação integrada? Em quais disciplinas?

Objetivos:

- **Objetivo Geral:**

A pesquisa tem como objetivo verificar qual a relação da formação de professores do curso de Licenciatura em História e a Educação Básica.

- **Objetivos Específicos:**

1. Compreender o processo de criação, implantação e consolidação do curso de Licenciatura em História no IFG – Goiânia;
2. Analisar a relação entre o curso de Licenciatura em História e a Educação Básica;
3. Verificar a política de formação de professores do IFG, especificadamente do curso de Licenciatura em História;
4. Identificar os avanços e limites da lei em relação a formação de professores;
5. Verificar se os professores em formação lecionam nos cursos de Ensino Médio integrado ao técnico.

Material e métodos

As atividades propostas para o trabalho consistem em um levantamento bibliográfico e documental. No que tange a primeira foram feitas pesquisas em Bibliotecas para verificar a existência de obras que conversassem com o objeto em questão. Foram identificadas as obras: I. *Os Institutos Federais* de Eliezer Pacheco; II. *Instituto Federal de Goiás: História, reconfigurações e perspectivas*, esta escrita em três volumes, dos organizadores Walmir Barbosa, Murilo Ferreira Paranhos e Sônia Aparecida Lôbo; e, III. *Licenciatura em História do IFG* de Flávia Machado; Maria Abadia; Rafael Borges (org.). Estas obras tratam do processo histórico de criação dos IFs, implantação e consolidação, bem como a criação do curso de Licenciatura em História.

A coleta de dados primários foi feita no site do IFG campus Goiânia. Estes se constituem nas fontes: Lei de n. 11.822/2008, Estatuto, Regimento Geral, PDI (2012-2015 e 2019-2023), Diretrizes curriculares para Licenciaturas do IFG e PPP do curso de Licenciatura em História (2009, 2014 e 2018). Estes, são documentos institucionais que tratam do processo de criação dos IFs, assim como do curso de Licenciatura em História. Alguns destes documentos já foram analisados, outros ainda estão em tratamento.

No decorrer da pesquisa também serão feitas entrevistas semiestruturadas com os sujeitos envolvidos no processo de criação, implantação e consolidação do curso de Licenciatura em História do IFG/Campus Goiânia. As entrevistas serão desenvolvidas segundo

os aportes teóricos citados anteriormente e o estudo dos mesmos. Após as entrevistas serão feitas as transcrições, e estas se constituirão em fontes documentais primárias.

A pesquisa será fundamentada no método dialético e materializada em uma dissertação, que será dividida em três capítulos, sendo o primeiro, “A relação entre formação de professores e a Educação Básica”. Nesse primeiro momento, contará com a leitura e análise da Lei de n. 11.822/2008, Estatuto, Regimento Geral e PDIs de 2012-2015 e 2019-2023, bem como bibliografias pertinentes ao assunto. No segundo capítulo, “Projetos Políticos Pedagógicos do Curso de Licenciatura em História”, contará com a análise comparativa dos PPPs do curso de Licenciatura em História dos anos de 2009, 2015 e 2018, bem como da análise das Diretrizes curriculares para as Licenciaturas do IFG, aqui também serão usadas bibliografias pertinentes ao assunto. E por fim no terceiro capítulo, serão desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com servidores e alunos do curso. Todos os três serão estruturados a partir de fontes secundárias. A análise bibliográfica está em fase de tratamento.

Resultados esperados:

Pretende-se por meio dessa pesquisa produzir algum nível de conhecimento acerca do processo de criação, implantação e consolidação do curso de Licenciatura em História, analisando a relação entre o processo de formação de professores e a Educação Básica.

Considerações finais:

A lei criada no ano de 2008 tem como objetivo formar o indivíduo de forma omnilateral, essa formação como um todo é um ideal estabelecido nos documentos institucionais do IFG. A pesquisa partiu de uma coleta de documentos escolhidos por serem útil ao trabalho e análises dos documentos mencionados verificando sua veracidade, criticando e indagando o documento. O presente Resumo discorre sobre como será o caminhar desta pesquisa (métodos e técnicas), percebendo que esta pode mudar de direção no decorrer da caminhada, pois o trabalho de um pesquisador é incerto e cheio de descobertas.

Cronograma de execução: março de 2022 a março de 2024				
24 MESES SEPARADOS EM SEMESTRES				
Atividade \ Período	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Efetivação dos Créditos Obrigatórios (Disciplinas).	X	X	X	
Coleta de Dados e Pesquisa Bibliográfica (Fontes Primárias e Secundárias).		X	X	
Coleta de Dados e Pesquisa Documental (Fontes Primárias e Secundárias).		X	X	
Entrevistas semiestruturadas e transcrição das mesmas.		X	X	
Leitura e Sistematização das Fontes Primárias e Secundárias.		X	X	
Elaboração do Plano de Trabalho e Escrita da Primeira Versão do Trabalho (Definição da Estrutura do Trabalho, por capítulos)		X	X	
Qualificação			X	
Defesa				X

Referências:

BARBOSA, Walmir; PARANHOS, Murilo Ferreira; LÔBO, Sônia Aparecida. *Instituto Federal de Goiás. História, reconfigurações e perspectivas*. Vol. 01. Goiânia: IFG, 2015;

IFG. *Diretrizes Curriculares para os cursos de Licenciaturas do IFG*. Goiânia, 2017;

IFG. *ESTATUTO*. Goiânia: 2018;

IFG. *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2012 a 2016*. Goiânia, 2013;

IFG. *Plano de Desenvolvimento Institucional: 2019 a 2023*. Goiânia, 2018;

IFG. *Projeto Pedagógico. Curso de Licenciatura Plena em História*. Goiânia, 2009;

IFG. *Projeto Pedagógico. Curso de Licenciatura Plena em História*. Goiânia, 2014;

IFG. *Projeto Pedagógico. Curso de Licenciatura Plena em História*. Goiânia, 2018;

IFG. *Regimento Geral*. Goiânia, 2018;

_____. Lei n. 11.822, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1;

PACHECO, Eliezer. *Os Institutos Federais. Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológica*. Natal: IFRN, 2010;

O Trabalho Docente No Programa de educação de Jovens e Adultos a Distância no Estado de Goiás

Elisa Pimentel Barbosa, Instituto Federal de Goiás, elisapbarbosa@gmail.com,
<http://lattes.cnpq.br/6444906299908671>

Palavras-Chave: Educação de jovens e adultos, Educação a distância, Trabalho docente.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa busca investigar o exercício do trabalho docente de professores da rede Estadual de Goiás no campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA) que atuam no programa EJATEC (EJA à Distância).

O programa atende à terceira etapa da Educação Básica e estabelece um docente para cada área do conhecimento. Porém, os materiais contidos na plataforma, bem como a apropriação da gestão do Ambiente virtual de Aprendizagem (AVA), não pertencem ao docente, mas à Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/GO). Assim surgiram as seguintes indagações por parte da pesquisadora: “qual seria o papel do professor ou professora?” e “Como seria sua atuação haja vista que todos os materiais disponíveis na plataforma Moodle, além das avaliações, já estarem prontas e feitas por uma equipe selecionada pela SEDUC/GO?”

Por meio de avaliações institucionais, organizadas pela própria SEDUC/GO, houve indícios de que o trabalho do professor estava ainda mais limitado, como quando um dos professores solicita que seja possível que os próprios docentes ou coordenadores possam liberar módulos. Também demonstrou que as atividades e avaliações eram as mesmas todos os semestres, quando um dos docentes pede para que se criem novas atividades (GOIÁS, 2020).

PROBLEMA DE PESQUISA

Como problema de pesquisa, a pesquisadora busca compreender: Como tem se configurado o trabalho docente no Programa de Educação de Jovens e Adultos a Distância do Estado de Goiás (EJATEC)?

Importa destacar que ao nos depararmos com instruções tão sólidas quanto ao trabalho que deverá ser exercido pelo professor, devemos concordar com

Oliveira, Ferreira e Paschoalino (2019, p. 620-621), ao afirmarem que nesse sentido “o professor se torna mero executor e, conseqüentemente, um profissional facilmente substituível [...], atingindo a subjetividade do professor”.

OBJETIVOS

Objetivo geral: Analisar como tem se configurado o trabalho docente no Programa De Educação de Jovens e Adultos à Educação a Distância do Estado de Goiás (EJATEC)?

Objetivo específicos: Analisar as orientações para o trabalho docente contidas no Programa EJATEC. Compreender como é a elaboração do planejamento das atividades docentes. Aprender quais estratégias didático-pedagógicas são utilizadas pelos docentes.

METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo pois essa metodologia “tem sido usada como designação geral para todas as formas de investigação que se baseiam principalmente na utilização de dados qualitativos, incluindo a etnografia, a investigação naturalista, os estudos de caso” (Meirinho e Osório, 2010, p. 50).

Sendo assim, compreende-se a pesquisa qualitativa como aquela que busca não somente a obtenção dos dados, mas sua interpretação, questionamentos, compreensão do tempo histórico, análise dos fatos e ressignificados.

O Estudo de Caso será utilizado nesta pesquisa, considerando as especificidades do trabalho docente *in locus* e concordando que pode haver divergências entre o que se prescreve como atividade docente no programa EJATEC e sua concretização. Assim, de acordo com Yin, "um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo *dentro de seu contexto da vida real*, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos" (Yin, 2001, p. 32, *grifos nossos*).

Também faz-se importante considerar a palavra do docente, então torna-se

relevante o uso de um formulário, com questões abertas e fechadas, para oportunizar a fala, os sentimentos e as percepções dos professores e professoras que atuam no EJATEC. Para Santos (2021), a técnica do formulário permite uma maior flexibilidade em relação às perguntas, já que possibilita o contato direto com o participante, além de ser um “importante instrumento na coleta de dados, em pesquisas de cunho teórico-empírico (experiência, observação)” (Santos, 2021, p. 1).

Utilizaremos da pesquisa bibliográfica e documental, esta, em especial, contando com os documentos cedidos pela SEDUC/GO, para o estudo e análise da proposta e do programa EJATEC.

RESULTADOS

O Programa EJATEC se trata de um curso na modalidade à distância, para matrículas no período noturno, destinado a estudantes da terceira etapa da educação básica (nível médio). O parecer do Conselho Estadual de Educação, emitido no dia 16/08/2019 (acesso interno), afirma que o programa não abrange a previsão de ações na EJA em EaD integrada à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), sendo necessário esta ser objeto de outra proposta.

O que nos chama a atenção, na leitura dos documentos internos oferecidos pela Secretaria Geral da Governadoria (SEI), é o fato de que a SEDUC/GO, em Ofício emitido no dia 23/07/2020, afirma que o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), será desenvolvido pela própria secretaria, bem como os materiais disponíveis no Moodle, as avaliações e, além disso, no próprio projeto há um roteiro a ser seguido pelos professores acerca da realização, correção das provas, notas e tudo o que diz respeito aos protocolos exigidos para a validação das avaliações.

Em outro Ofício, emitido em 14/08/2020, a Secretária de Educação, Aparecida Fátima Gavioli, respondendo às indagações do Presidente do Conselho Estadual de Educação, Flávio Roberto de Castro, afirma que, mesmo que os professores e coordenadores não tenham acesso à liberação de módulos no

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), bem como a realizar as atividades propostas no mesmo, ainda assim eles podem apadrinhar determinadas turmas, utilizar seu WhatsApp pessoal para se comunicar e tirar dúvidas dos estudantes, utilizar do e-mail pessoal para o envio de materiais complementares, além de salientar os “direitos docentes” na atuação no EJATEC.

Tais documentos, apesar de não estarem em sites públicos, foram cedidos, via e-mail, para o Fórum de EJA e aos professores-pesquisadores que solicitaram e receberam autorização para acesso. Também na pasta, disponibilizada pela SEI, há as avaliações realizadas pela SEDUC/GO, que, no Programa EJATEC, afirmam se tratar de avaliações com acesso público, que deveriam estar disponibilizadas em sítios oficiais (GOIÁS, 2019). Essas avaliações foram feitas pela SEDUC/GO para que fossem respondidas por professores e estudantes atendidos pelo programa. Responderam um total de 135 alunos e 35 professores. Dentre as respostas, avaliamos as de maior pertinência à nossa temática, em se tratando do trabalho do professor.

Analizamos desafios docentes, onde os professores afirmam que a internet não contemplou a demanda, pois os computadores não estão sendo suficientes e a conexão com a internet está sendo insuficiente, assim como houve grande dificuldade dos estudantes no acesso ao curso (GOIÁS, 2020).

As avaliações realizadas no segundo semestre de 2020, a fim de contemplar o semestre 2020/1, já abrangem respostas subjetivas, tanto por parte dos alunos como dos professores. O trabalho, não somente do professor, como também da coordenação escolar, está diretamente subordinado à SEDUC/GO. Não há possibilidade de migrar os alunos para o AVA na efetivação da matrícula, também não conseguem liberar módulos e nem adicionar ou alterar questões no banco de questões, além de uma demanda por mais materiais de ensino.

A racionalização constante do trabalho do docente, ignora que a realidade é dinâmica e múltipla, haja vista a pluralidade e diversidade discente, no entanto, ainda há a tentativa de fragmentar e padronizar a atividade docente. Segundo Apple (1995)

Muitas das técnicas que vêm sendo agora propostas nos relatórios ou que se encontram por trás deles, de

avaliação e testagem, de padronização dos currículos e de racionalização do ensino (avaliação baseada em objetivos comportamentais, testes e currículos centrados no desempenho) têm origem semelhante (ao taylorismo). Aceito isto, qualquer avanço em nossa compreensão do taylorismo, em geral, como uma forma de controle tanto do processo de trabalho e de seus produtos quanto de sua gênese e caráter, nos ajudará a termos uma compreensão mais ampla do que está sucedendo nas escolas hoje em dia. (APPLE, 1995, p. 138).

O Taylorismo, de fato, marcou o processo de racionalização e de uma suposta cientificidade do trabalho no sistema capitalista industrial e, segundo o autor, pode ser compreendido também no âmbito escolar. Hypólito (1997), alerta que

No próprio mundo do trabalho a necessidade de escola básica já se fazia sentir, pelo menos tendencialmente. As classes trabalhadoras emergentes necessitavam de uma escolarização básica. Pois para desempenhar as atividades decorrentes dos novos postos de trabalho, tais como, o manuseio de máquinas a motor, caldeiras, eletricidade, dentre outras atividades e funções possíveis, tornava-se, mais cedo ou mais tarde, fundamental a aprendizagem da leitura e da escrita, mesmo que isso significasse apenas uma alfabetização funcional (HYPOLITO, 1997, p. 49).

Há, portanto, uma contextualização em que a educação passa a atender às necessidades mercadológicas e que, portanto, a escola e seu corpo docente, necessita suprir os anseios por uma educação que atenda às necessidades políticas e econômicas.

Através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro fordista e produção em série taylorista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; [...] compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 1995, p. 16-17).

Considerando os estudos, até o presente momento, como resultados parciais concluímos que há um constante controle do trabalho docente, com normas pré-estabelecidas sobre suas ações, limitando o potencial dialógico, haja vista não haver, ainda, liberado meios oficiais para o debate entre alunos e estudantes, também impossibilitando a realização de avaliações e inclusão de material obrigatório, o que descaracteriza o trabalho do professor, mesmo que no

ambiente virtual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendendo o trabalho docente como dinâmico, autônomo e em constante transformação a partir do diálogo com os estudantes, a autora sinaliza que o programa EJATEC tende a limitar a atuação docente, bem como descaracterizando-la, por haver, no documento referente ao programa, restrições quanto a atuação do professor, bem como especificações rígidas quanto ao seu exercício. Faz-se necessário maior profundidade na investigação, levando em consideração a palavra dos professores e professoras, bem como maior aprofundamento teórico, a fim de possibilitar responder ao problema desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez/Unicamp, 1995.

APPLE, M..**Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

GOIÁS. SEDUC/GO. **Avaliação Institucional EJA-TEC -2020/1 (PROFESSOR).** 2020.

GOIÁS. **Projeto Educação de Jovens e Adultos na Modalidade de Educação a distância -EJA/EAD.** Goiânia, SEE, out. 2019

HYPOLITO, Á. M.. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero.** Campinas, Papirus, 1997.

MEIRINHOS, M.; OSÓRIO, A. The case study as research strategy in **education.** **EduSer: revista de educação,** 2010.

OLIVEIRA, M. A. M.; FERREIRA, A. C. ; PASCHOALINO, J. B. Q. Proletarização, intensificação e controle do trabalho docente, na atualidade: seus impactos sobre os corpos dos professores. **REVISTA COCAR (ONLINE)** , v. 13, p. 1 a 21-22, 2019

SANTOS, L. C. A TÉCNICA DO FORMULÁRIO: conceituação, características, vantagens e limitações. *In: A TÉCNICA DO FORMULÁRIO: conceituação, características, vantagens e limitações.* Salvador, 2021. Disponível em: [https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/220_TECNICA_FORMULARI O.pdf](https://www.lcsantos.pro.br/wp-content/uploads/2021/03/220_TECNICA_FORMULARI_O.pdf). Acesso em: 14 nov. 2022.

Yin, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre : Bookman, 2001.

A política de alfabetização de jovens e adultos no Ministério da Educação no período de 2019 – 2022: um estudo a partir do Programa Brasil Alfabetizado (PBA reformulado)

Kamila da Silva GONÇALVES¹

Mad Anna Desiree Ribeiro de CASTRO²

RESUMO

Este trabalho aborda a temática *Alfabetização de Jovens e Adultos* e seu encadeamento no Programa Brasil Alfabetizado, reformulado pelo decreto nº 10.959 de 8 de fevereiro de 2022. A partir da análise documental do Programa Brasil Alfabetizado -PBA(BRASIL,2022) e da atual Política Nacional de Alfabetização- PNA (BRASIL,2019) e de pesquisa bibliográfica, o objetivo do trabalho é desvelar a essência do PBA e da PNA e os sujeitos da EJA no contexto de tais políticas educacionais. Para isso, será necessário historicizar a realidade educacional concreta dos sujeitos da EJA e sua contextualização na atual conjuntura social, econômica e política. A partir da análise da relação dialética entre trabalho e educação e do conceito gramsciano de Estado Integral, constatou-se a necessidade de repensarmos as políticas educacionais para além do capital, como também a importância de entendermos o poder da hegemonia da classe dominante na constituição de tais políticas.

Palavras-chave: Alfabetização; Educação de jovens e adultos; Políticas educacionais; Gramsci; Estado Integral.

INTRODUÇÃO

Pesquisar a alfabetização na Educação de Jovens e Adultos, sobretudo, na atual conjuntura política, torna-se tanto um desafio quanto uma forma de resistência por parte de pesquisadores e educadores no Brasil. Pois, o que se percebe é a invisibilidade da EJA no contexto das políticas educacionais voltadas para o campo da alfabetização, como também a valorização de uma abordagem metodológica no ensino inicial da leitura e da escrita.

¹ Acadêmica do Programa de Mestrado em Educação pelo IFG-Câmpus Goiânia.
E-mail:kamilagoncalvesifg@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8218647194203720>

² Professora titular do Programa de Mestrado em Educação pelo IFG- Câmpus Goiânia.
E-mail: mad.castro@ifg.edu.br Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7690161558708230>



No atual contexto da alfabetização de jovens e adultos no Brasil, em nível Federal, tem-se a reformulação do Programa Brasil Alfabetizado (PBA reformulado), através do Decreto nº 10.959 de fevereiro de 2022. O PBA foi criado em 2003 pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva através do Decreto nº 4834, de 8 setembro de 2003, sendo este substituído pelo Decreto nº 609 de 2007, o qual inseriu a EJA no orçamento do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Através do PBA, a União poderá dar apoio técnico e financeiro aos entes federados que aderirem voluntariamente ao programa, com o intuito de atender “à universalização da alfabetização da população com idade igual ou superior a quinze anos, a fim de promover a cidadania e contribuir para o desenvolvimento social e econômico do País” (BRASIL,2022). De acordo com recente documento, de setembro de 2022, elaborado pelas instituições Ação Educativa³, Cenpec⁴ e Instituto Paulo Freire⁵ a pedido do Movimento pela Base⁶ denominado *Em busca de saídas para a crise das políticas públicas de EJA*⁷,

o programa consistiria na assistência técnica (incluindo o fornecimento de materiais didáticos) e financeira da União com recursos orçamentários do MEC, aos estados e municípios, mediante livre adesão e apresentação de planos de trabalho, com base nos quais seriam estabelecidos convênios mediados pelo FNDE.

Além disso, entre os princípios que regem o PBA reformulado está “o alinhamento com a Política Nacional de Alfabetização, instituída pelo Decreto n 9.765 de 11 de abril de 2019” (BRASIL, 2022, p.1). A PNA têm por objetivo cumprir a meta número 5 do Plano Nacional de Educação (2014-2024)⁸, a qual visa alfabetizar todas as crianças, no máximo, até

³ A Ação Educativa é uma “Associação civil sem fins lucrativos que atua nos campos da educação, da cultura e da juventude na perspectiva dos direitos humanos” Disponível em <https://acaoeducativa.org.br/>

⁴ Cenpec é “uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que promove equidade e qualidade na educação pública brasileira” Disponível em <https://www.cenpec.org.br/quem-somos>

⁵ O Instituto Paulo Freire “atua com formação inicial e continuada, presencial ou a distância, realizando cursos, oficinas, “círculos de cultura”, seminários, conferências, encontros e outras atividades formativas, conforme as necessidades dos grupos com os quais trabalha, fundamentando-se no referencial teórico-metodológico freiriano” Disponível em <https://www.paulofreire.org/portfolio/formacao.html>

⁶ O Movimento pela Base é “uma rede não governamental e apartidária de pessoas e instituições, que desde 2013 se dedica a apoiar a construção e implementação de qualidade da BNCC e do Novo Ensino Médio.” Disponível em <https://movimentopelabase.org.br/quem-somos/>

⁷ Disponível em <https://observatorio.movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2022/10/dossieeja.pdf>

⁸ Disponível em <https://pne.mec.gov.br/>



o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental, ou seja, preconiza a alfabetização de crianças em detrimento a alfabetização de jovens a adultos.

Portanto, a partir da temática *Alfabetização de Jovens e Adultos* e da pesquisa documental e bibliográfica, pretende-se responder o seguinte problema de pesquisa: Como o Programa Brasil Alfabetizado reformulado orienta a política de alfabetização de jovens e adultos do MEC no período de 2019 a 2022? Tendo como objetivo geral da pesquisa: analisar como o Programa Brasil Alfabetizado reformulado orienta a política de alfabetização de jovens e adultos do Ministério da Educação no período de 2019 a 2022 e objetivos específicos: analisar tanto a concepção de alfabetização contida no PBA reformulado quanto a formação de professores no referido programa, além de compreender como o poder da hegemonia da classe dominante tem influência na constituição de tais políticas a partir do conceito gramsciano de Estado Integral.

MÉTODO

Para tanto, faz-se necessário utilizar-se de um método que inclua as contradições na análise do objeto, o qual deve ser abordado em sua perspectiva histórica, ou seja, recuperando a origem e a historicidade dos fenômenos. Haja vista que o método deve ser transversal a toda pesquisa, pois através dele explicita-se a estrutura onde se inscreve o fenômeno, bem como busca a gênese e explica seu movimento. Sendo que o objetivo do pesquisador

indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável, é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica) do objeto. (NETTO, 2011, p.22)

Nessa perspectiva, o método Materialismo Histórico-Dialético proporciona o conhecimento teórico, partindo da aparência, visando alcançar a essência do objeto (idem). Isto é, para entender a hegemonia de projetos políticos- ideológicos no âmbito da construção de políticas educacionais para a EJA, a fim de descortinar o que de fato encobre a reformulação do Programa Brasil Alfabetizado e da mudança de paradigma na atual PNA, ou seja, a essência do objeto, o método de Marx propicia a contextualização histórica e política e, sobretudo, evidencia as contradições no campo das disputas por projetos de alfabetização ao longo da história da alfabetização de jovens e adultos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir da análise documental e bibliográfica, percebe-se a politicidade intrínseca na reformulação do PBA (BRASIL,2022) e na criação da Política Nacional de Alfabetização(BRASIL,2019), ou seja, evidencia a influência da sociedade política na formulação de políticas educacionais.Conforme Gramsci, a sociedade política exerce a coerção através da hegemonia de ideias da classe dominante, ou seja, “hegemonia couraçada de coerção”. (GRAMSCI,2012 apud JACOMINI,2020). Porém, essa coerção é refletida na sociedade civil, a qual reproduz, através do consenso, as ideias formuladas pela sociedade política. Portanto, Gramsci ampliou o conceito de Estado de Marx, o qual compreendia apenas a sociedade política. Segundo Coutinho (1989, p.76 e 77)

o Estado em sentido amplo, com novas determinações, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de "Estado em sentido estrito"ou de "Estado coerção"), que é formada pelo conjunto de mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executiva e policial-militar; e a sociedade civil formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa)etc

Logo, o Estado Integral gramsciano abarca tanto a sociedade política, quanto a sociedade civil, ambas possuem uma “relação dialética, de unidade e distinção” (JACOMINI,2020, p.6). Para Gramsci, não há oposição entre sociedade civil e Estado. Entretanto, “Gramsci entende que a sociedade civil é o espaço privilegiado de disputa da hegemonia de classe, lugar de construção de uma hegemonia que possa dar às classes. Por hegemonia, compreende-se

a capacidade de direção intelectual e moral, em virtude da qual a classe dominante, ou aspirante ao domínio, consegue ser aceita como guia legítimo, constitui-se em classe dirigente e obtém o consenso ou a passividade da maioria da população diante das metas impostas à vida social e política de um país.(MAGALHÃES,2001)

Dessa forma, as instituições que compõem a sociedade civil participam da construção da hegemonia de um projeto político-ideológico e influenciam na atuação das instituições da sociedade política, sobretudo, por meio do consenso. Conforme Gramsci, “o Estado constitui-



se como um equilíbrio entre sociedade política e sociedade civil” (JACOMINI,2020, p.5). No entanto, “a hegemonia que a classe dominante exerce sobre toda a sociedade, por meio do Estado, não resulta apenas no poder coercitivo, mas também de persuasão” (idem).

Ademais, a partir da relação dialética entre educação e trabalho, isto é, ao mesmo tempo que o homem trabalha, ele também se educa, faz-se necessário tomar o trabalho como princípio educativo na construção de políticas educacionais, sobretudo para os educandos trabalhadores da EJA, associando trabalho manual e intelectual. Dessa forma, na formulação de políticas públicas para a EJA é necessário compreender que a educação não é neutra, ou seja, ela tem o dever de emancipar a classe trabalhadora com o intuito de superar a sociedade de classes, isto é, a sociedade capitalista. (RÊSES et. al.,2017, p.18)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais possuem como função, “garantir o direito à educação, ao conhecimento, ao pleno desenvolvimento dos educandos” (ARROYO,1998, p.146). No entanto, “esses direitos não são estáticos, se concretizam na dinâmica social, são direitos de cidadãos concretos, históricos, diversos em classe, gênero e raça” (idem).

Para entendermos a contribuição ideológica na constituição de políticas no campo da alfabetização, sobretudo no PBA e na PNA, torna-se necessário compreender a historicidade de tais políticas com o intuito de desvelar a hegemonia de projetos políticos-ideológicos por trás da construção e implementação de programas de governo voltados para a alfabetização. Como também entender que o direito à educação para os sujeitos da EJA deve ser assegurado de forma dinâmica e não estática, com o intuito de “vincular as políticas e as práticas educacionais às transformações no trabalho e à consciência dos novos sujeitos socioculturais” (idem).



REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Trabalho – Educação e Teoria Pedagógica. In:FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) Educação e Crise do Trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. *PNA Política Nacional de Alfabetização*. Brasília, DF: MEC/SEALF, 2019.

BRASIL. PBA Reformulado Programa Brasil Alfabetizado. Brasília, DF: MEC/ SEALF, 2022.

COUTINHO, C. N. Gramsci – Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989

JACOMINI, Maria Aparecida. O conceito gramsciano de Estado Integral em pesquisas sobre políticas educacionais. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 46, e214645, 2020.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes. *Ciência Política*. Brasília: Editora Vestcon, 2001

NETTO, José Paulo. *Introdução ao estudo do método de Marx*. São Paulo: Expressão Popular, 2011

RÊSES, Erlando da Silva.SILVEIRA, Dimitri Assis. PEREIRA, Maria Luiza Pinho. *Educação de jovens e adultos trabalhadores: análise crítica do Programa Brasil Alfabetizado / - Brasília: Editora Paralelo 15, 2017.*

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS
CAMPUS GOIÂNIA
I SEMINÁRIO ANUAL DE PESQUISA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO (PPGE) - 2022 SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E PESQUISA:
PROJETOS EM DEBATE

A POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE GOIÂNIA (2020-2022)

Orientando: LIMA, Pedro Enrique Nunes (pedrohhenrique14@hotmail.com)

<http://lattes.cnpq.br/9402002471323586>

Orientador: SILVA, Marcelo Lira (marcelo.silva@ifg.edu.br)

<http://lattes.cnpq.br/9357911834311225>

Palavras-chave: Educação bilíngue para surdos; Política de educação bilíngue; Lei nº 14.191/2021.

Resumo: O objetivo do trabalho é analisar a atual política educacional bilíngue para surdos em Goiânia a partir de levantamentos documentais e estudo de caso, visto que a política bilíngue é um tema que carece de pesquisas, pois sua execução é recente em Goiânia. A língua libras faz parte da cultura dos sujeitos surdos, e quando incorporada à educação favorece a relação entre professor e aluno, bem como no aprendizado dos estudantes com surdez, assim surge a política bilíngue, com intuito de ampliar o direito linguístico desses sujeitos. Atualmente no Brasil existem duas legislações que regulamentam a língua brasileira de sinais (libras) e a educação de surdos: a Lei nº 10.436, de 2002, e o Decreto nº 5.626, de 2005, apresentando em vários momentos a necessidade de uma educação bilíngue, porém é por meio da lei 14.191/2021 inserida na LDB de 1996 que o direito a modalidade de ensino bilíngue é difundindo no país.

Justificativa

O objeto deste estudo fundamenta-se na leitura da LEI nº 14.191, de 3 de agosto de 2021 que regulamenta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da LDB¹ (Lei de Diretrizes e Bases) da educação “especial” principalmente na alteração da modalidade das aulas inclusivas para o bilinguismo, além de seus impactos no sistema educacional goianiense, a lei Nº 14.191/2021 apresenta o ensino regular sendo ministrado na primeira língua (libras) e o

¹ BRASIL. Lei nº 14.191, de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acessado em 16 nov. 2022.

português escrito como segunda língua, garantindo que o aluno com surdez seja contemplado na sua língua primária.

Art. 60-A. Entende-se por educação bilíngue de surdos, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

Além de garantir a educação bilíngue durante todos os níveis de formação do aluno com surdez, oferta também serviços de apoio educacional focado nessa característica linguística, não que o aluno tenha a obrigatoriedade de se matricular em escolas específicas para surdos, podendo os responsáveis optar por essa modalidade. Caso o aluno esteja matriculado na modalidade de ensino inclusivo poderá solicitar o intérprete de libras para fazer a mediação.

No mesmo artigo também apresenta especificidades relativas ao corpo docente, deixando claro que, além de assegurar materiais didáticos bilíngues, existe a necessidade destes professores terem sua formação especializadas em nível superior, devendo ser validado por entidades representativas da comunidade surda.

Além de proporcionar o ensino de libras como língua primária na educação de alunos surdos, a lei estabelece que as instituições de ensino desenvolvam programas de pesquisas na área bilíngue, intercultural surda, ou seja, a lei promove a valorização cultural da comunidade surda e da língua libras. Também visa garantir aos surdos o acesso às informações e conhecimentos técnicos e científicos da sociedade na língua libras.

Observando todos esses pontos importantes na nova regulamentação da LDB de 1996, observamos a necessidade de pesquisar e investigar limites e avanços, visto que o campo da política bilíngue carece de pesquisas, e seu tempo de promulgação é recente. Após a leitura sistematizada das legislações, aplicações de questionários buscaremos responder às questões: A política educacional de formação bilíngue para surdos está sendo aplicada e seguida na cidade de Goiânia? Quais seus limites e avanços?

Objetivos

O objetivo da pesquisa é compreender o processo histórico da política educacional bilíngue para surdos em Goiânia, a partir de levantamentos documentais e estudo de caso em

Goiânia (2020–2022), e investigar os desdobramentos da nova regulamentação inserida na LDB de 1996 que em tese aprimora o desenvolvimento da educação bilíngue.

Objetivos específicos

I-Coletar documentação históricas da educação inclusiva na instituição de ensino bilíngue da capital;

II- Entrevistar os responsáveis pelos desenvolvimentos de políticas de inclusão dos surdos em Goiânia, bem como professores e alunos participantes do movimento de acesso, permanência e êxito.

III-A partir de entrevistas semiestruturadas discutir sobre os relatos e transições da educação inclusiva, em observância da legislação.

IV-Entender como as mudanças na legislação sobre o ensino de pessoas surdas influenciaram no processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes surdos de Goiânia-GO.

Material e métodos

No atual momento a pesquisa se encontra em desenvolvimento, como as leituras, levantamento bibliográfico e investigação documental. O trabalho será dividido em três capítulos. I O processo de reconstrução histórica da legislação nacional brasileira: da educação especial a modalidade de ensino independente, neste capítulo o objetivo central está focalizado no levantamento histórico das políticas inclusivas para surdos no Brasil, além de apresentar uma breve discussão da mudança de modalidade inclusiva para o bilinguismo inserida na LDB 1996, por meio da lei nº 14.191/2021.

No capítulo II: Centro Especial Elysio Campos, neste capítulo iremos apresentar a história, os desafios e conquistas alcançadas pelo centro educacional, bem como a aplicação dos questionários e das entrevistas. No capítulo III do Centro Especial Elysio Campos após a lei de diretrizes e bases LDB lei nº 14.191/2021, que irá apresentar a atual situação da escola após a LEI ser sancionada e difundida.

A pesquisa tem como abordagem a técnica de análise qualitativa que busca compreender as perspectivas sobre a LDB de 1996 e as reformulações instituídas pela lei nº14.191/ 2021 e assim entender os caminhos percorridos neste processo de mudança. A partir do método dialético, busca investigar e compreender a nova política educacional bilíngue para surdos.

Por meio do estudo de caso investiga se a implementação da lei e seus resultados qualitativos e quantitativos no Centro Especial Elycio Campos, localizada na cidade de Goiânia, a única escola bilíngue, que oferece essa modalidade no estado de Goiás. A instituição existe desde 1975, sendo um centro de ensino inclusivo voltado para surdos, porém só ganhou título de escola bilíngue no dia 26 de setembro de 2022. A escola ofertou durante muitos anos cursos de formação inicial como corte e costura, informática além do atendimento educacional especializado (AEE), antes de se tornar uma escola bilíngue.

Além dos documentos citados a cima, foram analisados o decreto N° 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a Lei N° 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando as normas de proteção. Além do decreto N.3956 de outubro de 2001 irá promulgar a convenção interamericana para a eliminação da discriminação contra as pessoas com Deficiência. Também a lei N. 10.436 e o decreto N.5.626 que regulamentam a libras (língua brasileira de sinais) e suas atribuições em nível nacional.

Os documentos institucionais: I. Portarias portaria nº 1.793, de dezembro de 1994 que irá dispor sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. II. Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. III. Circular n.277 de 1996 desenvolvida pelo MEC que tem papel importante de informar sobre regras e condutas tomadas na organização do ensino superior na execução de uma política educacional focada nas pessoas com deficiência. IV. Resolução n.2 de 11 de setembro de 2001 irá instituir diretrizes nacionais para educação inclusiva para educação básica. Encontram-se em fase de leitura e tratamento.

Descrição das atividades

Nossa pesquisa está dividida fundamentalmente em 3 etapas, sendo a primeira o levantamento das políticas educacionais e os principais marcos históricos da educação para surdos até o presente momento, além de investigar a instituição responsável pelo ensino bilíngue no estado de Goiás, logo investigar suas memórias e acervos entre os anos que se estabeleceram o ensino bilíngue, a fim de identificar os principais marcos além de problemas e resoluções no início da implementação da política educacional e no atual momento.

No segundo momento, faremos uma breve sistematização dos dados coletados, para que possamos entender os desdobramentos enfrentados por esses alunos e profissionais que atuam, ou atuaram com os alunos surdos no ensino bilíngue, utilizando-se dos questionários, entrevistas semiestruturadas e estudo de caso com os profissionais da instituição Centro Especial Elycio Campos, e aqueles que contribuíram para o desenvolvimento da política educação bilíngue para surdos em Goiânia.

Na terceira e última etapa, iremos sistematizar as ideias finais de forma cronológica a historiográfica dos acontecimentos da educação bilíngue de Goiânia, por meio dos dados obtidos no decorrer da pesquisa.

Sendo assim, as duas primeiras etapas da pesquisa tratam-se do levantamento de dados, seja por meio de um levantamento documental e por meio de observação e a última etapa concentra-se no tratamento desses dados e a sua apresentação, culminando, a priori, na dissertação, resultado final desta pesquisa.

Resultados esperados

Analisar a política educacional de formação bilíngue para surdos na cidade de Goiânia, a partir de estudo de caso na escola Centro Especial Elycio Campos particularmente com a implementação da lei 14.191/2021, e suas respectivas alterações na LDB de 1996.

Cronograma de execução: março de 2022 a março de 2024

Mês	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	
Atividade																									
Efetivação dos Créditos Obrigatórios (Disciplinas).			x			x				x	x	x			x	x	x	x							
<i>Coleta de Dados e Pesquisa Bibliográfica (Fontes Primárias e Secundárias).</i>				x	x				x	x	x	x	x		x	x									
<i>Coleta de Dados e Pesquisa Documental (Fontes Primárias e Secundárias).</i>													x	x	x		x	x							
Leitura e Sistematização das Fontes Primárias e Secundárias.																		x	x	x					
Elaboração do Plano de Trabalho e Escrita da Primeira Versão do Trabalho (Definição da Estrutura do Trabalho, por capítulos)										x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x					
Qualificação																					x				
Defesa																									x

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Acesso em: 06 de novembro de 2022. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acessado em 16 de nov. 2022.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Portaria nº 1.793, de 27 de dezembro de 1994**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 de dezembro de 1994. Seção 1. Brasília, Imprensa Oficial, 1994.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB n. 2/ 2001, de 11 set. 2001**. Institui diretrizes nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/publicacoes-secretarias/semesp/diretrizes-nacionais-para-a-educacao-especial-na-educacao-basica>. Acessado em 16 de nov. 2022.

Brasil. Decreto **Lei n. 3298, de 20 de dezembro de 1999**. Diário Oficial da União, Brasília (1999 dez. 21); Sec.1:10 1999. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm. Acessado em 16 de nov. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, 08 de outubro de 2001. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm. Acessado em 16 de nov. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. 16 de nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.191, de agosto de 2021**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114191.htm. Acessado em 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a língua brasileira de sinais. Brasília, 2002. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acessado em 16 de nov. 2022.

BRASIL. Ministério da educação e cultura. **Portaria n. 3.284. de 7/11/2003**. Dispõe sobre requisitos de Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições. Disponível em <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/portaria-no-3284-de-7-de-novembro-de-2003-acessibilidade>. Acessado em 16 de nov. 2022.

Educação, Tecnologias e Gênero: Apropriação de histórias em quadrinhos na formação continuada de professores como dispositivo formativo na abordagem da identidade de gênero e orientação sexual*

Mestrando: Alberto Rodarte RIBEIRO**

Orientador: Júlio César dos SANTOS***

Palavras-chave: Materialismo Histórico Dialético; HQ; LGBT+; Tecnologia.

Introdução

Nesta pesquisa são apresentados alguns dos princípios do pensamento de Karl Marx, reunidos no método materialista histórico dialético, que serão acionados para analisar um dispositivo formativo aberto voltado para professores do Instituto Federal Goiano, com foco na apropriação de histórias em quadrinhos para abordar identidade de gênero e orientação sexual. Para tanto, inicia-se com uma breve contextualização histórica das HQs no mundo e no Brasil. Na sequência, são apresentados o levantamento bibliográfico sobre o tema e os pressupostos que norteiam a pesquisa. Por fim, são abordadas as dimensões marxianas levantadas para a investigação, a saber: a relação entre sujeito e objeto de pesquisa; a lógica dialética; a compreensão dos fenômenos partindo do empírico, passando pelo abstrato e chegando ao concreto pensado; a totalidade do ser social; o trabalho; a contradição; e a mediação.

HQs: breve história, pesquisa e a temática LGBT+

Narrativas sequenciais baseadas em desenhos podem ser identificadas nos primórdios da humanidade. Paiva (2017) considera que os desenhos rupestres, feitos em sequência, se assemelhavam às histórias em quadrinhos em sua estrutura de simulação de movimentos. No entanto, foi só no século XIX que surgiram as HQs com a estrutura atual. Já o século XX é marcado pela era de ouro, das grandes tiragens e dos super-heróis. Período que também é acompanhado de perseguição pela igreja católica e a desconfiança de psicólogos e educadores (Paiva, 2017).

O surgimento do romance gráfico (*graphic novel*) traz produções que se distanciam do público infantil e amplia o alcance das HQs entre o público adulto. Nesse nicho, o nome de Will Eisner se destaca como uma das maiores influências do gênero. Entre suas obras mais conhecidas, *The Spirit* é considerada uma HQ inovadora pela qualidade gráfica, narrativa, enquadramentos cinematográficos, efeitos de luz e sombra e personagens humanizados. Já nos anos 1980, os mangás (quadrinhos japoneses) tornaram-se um fenômeno em todo o mundo e passaram a influenciar as obras do Ocidente, que absorviam seus traços. Ao mesmo tempo, Frank Miller, Allan More e Neil Gaiman reinventaram o gênero dos super-heróis em tramas complexas carregadas de questões de cunho político e filosófico, como em *Batman: Cavaleiro das Trevas*, *Sandman* e *Watchmen*, obras hoje canônicas para a nona arte.

Já no Brasil a história das HQs começa com as primeiras publicações das obras de Angelo Agostini, em 1869, na revista *Vida Fluminense* e, posteriormente, na *Revista Ilustrada*.

* Resumo apresentado para o evento “Seminário Anual de Pesquisa” como parte dos requisitos obrigatórios do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto Federal de Goiás (PPGE/IFG), 2022/2.

** E-mail: betorodarte87@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5112205994653495>

*** E-mail: julio.santos@ifg.edu.br; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8258339363624501>

Paiva (2017) explica que, em 1905, a revista *Tico-Tico* passa a publicar conteúdo para o público infantil, reunindo obras estrangeiras, em especial material norte-americano e francês.

Já em 1939 foi criado *O Gibi*, que integrava o jornal *O Globo*, e que se tornou sinônimo de HQ no país. Nos anos posteriores, surgiram publicações de grande destaque, como *Pererê* e *Menino Maluquinho*, de Ziraldo. Outro autor de destaque, Henfil, é um dos mais importantes e talentosos quadrinistas brasileiros. Foi grande colaborador da revista *O Pasquim*, junto com nomes de grande relevância para a cultura, como Millôr Fernandes, Chico Buarque, Laerte e Ziraldo. Entre outras referências não se pode ignorar a relevância de Maurício de Souza e a sua criação mais famosa, *A Turma da Mônica*, surgida nos anos 1970.

Quadrinhos e educação no Brasil: ensino e pesquisa

Entre os pesquisadores brasileiros de quadrinhos com foco na educação, destaca-se a fundamental contribuição de Waldomiro Vergueiro. Na obra *Como usar as histórias em quadrinhos na sala de aula* (RAMA *et al.*, 2004), o autor integra uma equipe de pesquisadores que apresenta exemplos práticos e sugestões de atividades para educadores trabalharem com as HQs no ambiente escolar. Também voltado à prática pedagógica, em *Quadrinhos na educação: da rejeição à prática* (VERGUEIRO; RAMOS, 2009), são elencados percursos a serem traçados em sala de aula por professores de diferentes áreas, a partir das HQs selecionadas pelo governo federal na lista do PNBE.

No campo teórico, Vergueiro (2017b) também aborda os aspectos que permitem validar os quadrinhos como arte e ciência, as recomendações metodológicas para a pesquisa com este objeto e as abordagens críticas às HQs. O autor também contribui para traçar a trajetória dos quadrinhos no Brasil, desde sua origem até meados da segunda década do século XXI (VERGUEIRO, 2017a).

Somam-se a estes empreendimentos acadêmicos as pesquisas de Paulo Ramos, que, além das possibilidades de uso das HQs em sala de aula (VERGUEIRO; RAMOS, 2009), investigou os quadrinhos a partir dos estudos linguísticos (RAMOS, 2009). Os quadrinhos também foram objeto de pesquisa de Fábio Paiva em seu mestrado e doutorado. No primeiro, ele procurou estabelecer uma relação entre a educação e as HQs de super-heróis, considerando o ponto de vista dos leitores de Batman (PAIVA, 2011). No segundo, do qual resultou a obra *Quadrinhos na educação* (PAIVA, 2017), o autor reuniu dados, entrevistas e material teórico com o objetivo de aproximar a nona arte da sala de aula e de outras práticas educativas.

HQs, educação, identidade de gênero e orientação sexual

Em levantamento bibliográfico realizado para a construção desta pesquisa nas principais bases de dados de dissertações, teses e artigos acadêmicos¹, foram encontrados poucos estudos sobre quadrinhos associados aos temas identidade de gênero e orientação sexual. Esse resultado demonstra a importância desta pesquisa para preencher uma lacuna nas investigações dessas obras, sobretudo na interface com a educação e com as temáticas relacionadas à diversidade sexual e à população LGBT+².

¹ As buscas foram feitas no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>), na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), na Plataforma SciELO (<https://www.scielo.br/>) e no Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>). No decorrer da pesquisa, novas buscas serão feitas para ampliação e aprofundamento do estado do conhecimento sobre o tema.

² A sigla utilizada para se referir às diversas orientações sexuais (por quem uma pessoa se sente atraída afetivo-sexualmente) e às identidades de gênero (gênero com o qual uma pessoa se identifica) é constantemente alterada para garantir a inclusão de todo o espectro que foge à normatividade. Nesta pesquisa, utilizo até o momento a sigla

Gonzatti (2022) tem como ponto de partida a tentativa de censura na Bienal do Livro do Rio de Janeiro, em 2019. O autor, por meio do prisma da semiótica, investigou guerra cultural na chamada cultura pop³ como um reflexo das relações de poder manifestadas nos cibereventos. Já o discurso do que seria o ideal de masculinidade nos quadrinhos norte-americanos de super-heróis é analisado por Cruz (2017). O estudo de Carneiro (2021), por sua vez, é um convite para mergulharmos na leitura das tirinhas e do corpo trans de Laerte.

A partir deste mapeamento, observa-se que a relação entre quadrinhos com temática LGBTQ+ e educação, além de recente, ainda é pouco explorada. Diante disso, esta pesquisa soma-se aos esforços de investigar as potencialidades dessa relação, como será apresentado a seguir.

Questão norteadora e proposta de campo empírico

Esta pesquisa será desenvolvida a partir da seguinte questão norteadora: De que maneira as histórias em quadrinhos podem ser apropriadas como recurso pedagógico em um dispositivo formativo para professores para abordar questões relativas à identidade de gênero e orientação sexual? O objetivo é compreender se e como essa apropriação ocorre, e como ela é capaz de fornecer subsídios para uma prática docente mais crítica e consciente, e que leve em consideração a diversidade e a complexidade dos estudantes em relação à identidade de gênero e orientação sexual.

Foucault (2006) define dispositivo como a rede que se estabelece entre elementos heterogêneos, como discursos, instituições, leis, proposições morais, entre outros, permeada por domínios de saber e exercícios de poder. No contexto da educação, Peixoto (2008) explica que um dispositivo de formação se constitui de um conjunto de atores (aprendizes, tutores, responsáveis pela formação) e de ferramentas técnicas organizadas no espaço e no tempo, de acordo com uma meta de aprendizagem.

A definição do campo empírico, ainda em elaboração, prevê a realização de um minicurso durante a Conferência de Diversidade Sexual e de Gênero do IF Goiano (ConSiGO). O evento surgiu a partir de uma demanda interna para inserir essas temáticas no cotidiano acadêmico. A proposta da instituição era a realização anual, mas esse intervalo foi prejudicado pela pandemia de covid-19 e os cortes de recursos federais. Por consequência, sua primeira edição foi realizada em 2021, por meio de *lives* no canal oficial do IF Goiano no *YouTube*. A proposta para a próxima edição é promover, entre outras ações, um curso de formação continuada de professores, convidar autores de HQs brasileiras com temática LGBTQ+ para falarem sobre suas obras e fomentar o debate acerca de suas possibilidades pedagógicas⁴.

Os dados a serem analisados serão coletados a partir das próprias discussões e de questionários que serão respondidos pelos professores antes, durante e depois da oficina. A análise será realizada a partir de unidades apropriadas do arcabouço teórico-metodológico, como será visto na sequência.

Educação e quadrinhos LGBTQ+ à luz do materialismo histórico dialético

LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), acrescida do sinal de adição (+), embora esta seja uma questão a ser revista no decorrer do estudo, a fim de se adotar o termo mais apropriado.

³ Gonzatti (2021) sintetiza o conceito de cultura pop como os produtos constituídos da relação histórica entre mídia e cultura, especialmente a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, articulados pela pop art, indústria cultural e sociedade do consumo diversificada.

⁴ Diversos nomes foram prospectados e um primeiro contato já foi feito com os seguintes autores e autoras: Cauê Xopo (autor da tirinha Problemas Modernos (Demais)); Luiza de Souza (autora do webquadrinho Arlindo); Mário César Oliveira (autor da HQ Bendita Cura e organizador da POC CON, feira LGBTQ+ de quadrinhos e artes gráficas); Laerte (autora de tirinhas e HQs, criadora da personagem transgênero Muriel).

Um dos legados da obra do pensador alemão Karl Marx é fornecer princípios e pressupostos para a compreensão dos fenômenos sociais. Embora para Marx o objeto da pesquisa tenha uma existência objetiva, o sujeito também é parte do objeto. O sujeito, sendo parte ativa no processo, tem o papel de apreender a essência, estrutura e dinâmica do objeto. No caso desta pesquisa, essa é uma dimensão fundamental, já que o autor desta pesquisa se insere neste processo como um sujeito pesquisador do gênero masculino, cisgênero⁵, homossexual e servidor público da educação, investigando um objeto atravessado por questões ligadas à formação docente, por meio de obras e temática específicas: histórias em quadrinho LGBT+.

Pires (1997) observa que o materialismo histórico dialético não descarta a lógica formal para a compreensão dos fenômenos sociais. Na verdade, ela seria um momento da lógica dialética. “O importante é usá-la sem esgotar *nela e por ela* a interpretação da realidade” (PIRES, 1997, p. 87, grifo da autora).

No mesmo sentido, Saviani (1996) considera que a lógica formal é uma lógica abstrata, por ser o processo de construção da forma de pensamento. Em contrapartida, a lógica dialética é uma lógica concreta, já que é o processo de construção do concreto de (pelo) pensamento. O autor sintetiza da seguinte forma a construção do pensamento: “[...] parte-se do empírico, passa-se pelo abstrato e chega-se ao concreto” (SAVIANI, 1996, p. 11). Com essa visão quase esquemática, é possível acioná-la para a compreensão de fenômenos em diversas áreas da sociedade, como a educação.

Como apresentado na seção anterior, o fenômeno empírico da pesquisa ora em desenvolvimento será observado na oficina a ser realizada durante o evento ConSiGO, voltada para professores do IF Goiano e com a participação de autores e autoras de quadrinhos com temática LGBT+.

Pires (1997) aponta que a lógica dialética necessita e, ao mesmo tempo, permite o movimento do pensamento, ao passo que a materialidade histórica é a forma de constituição das relações sociais percorrendo a sua totalidade. Para Lukács (*apud* SILVA; QUINTELLA, 2014), a totalidade do ser social é origem e destino do pensamento marxiano. Nesse aspecto, o trabalho é a categoria fundante. No entanto, é importante evidenciar que, para Marx, o conceito de trabalho é ontológico, transborda o sentido comum de mero afazer ou atividade econômica.

Na constante transformação da natureza, mediada pelo trabalho, o ser humano, além de produzir para a manutenção de sua existência, torna-se um ser social.

Assim, o trabalho é categoria central de análise da materialidade histórica dos homens porque é a forma mais simples, mais objetiva, que eles desenvolveram para se organizarem em sociedade. A base das relações sociais são as relações sociais de produção, as formas organizativas do trabalho (PIRES, 1997, p. 89).

Contudo, é necessário apresentar a contradição presente na categoria trabalho dentro da organização social capitalista. Nesse contexto, o que existe é um trabalho que explora, levando a um processo de alienação, que desumaniza por meio justamente do trabalho (PIRES, 1997). Isto posto, esta pesquisa busca, a partir desse movimento contraditório (humanização/alienação), compreender o seu efeito no trabalho docente e como ele reflete no pensamento dos sujeitos participantes da pesquisa.

Por fim, vale destacar que esta investigação não se restringe a abstrair e compreender a relação entre educação, identidade de gênero e orientação sexual apenas pela categoria trabalho,

⁵ O termo *cisgênero* designa pessoas cuja identidade de gênero está em concordância com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento. Em oposição, o termo *transgênero* designa pessoas cuja identidade de gênero é diferente daquela atribuída ao nascer, como transexuais e travestis (REIS, 2018).

mas sobretudo pela leitura crítica das múltiplas determinações que constituem esses sujeitos. Para se chegar ao concreto pensado, é importante, além da teoria, acessar as percepções individuais desses sujeitos em contato com as histórias em quadrinho LGBTQ+ e seus autores, como elementos mediadores das discussões sobre orientação sexual e identidade de gênero.

Como explica Santos (2020), mediação não é uma simples associação de um elemento ao outro, mas de uma combinação com vistas à sua transformação. “Decorre daí que a mediação com uso de tecnologias nas práticas educativas remete a questões pedagógicas que implicam considerar a relação entre o sujeito e o objeto de conhecimento” (SANTOS, 2020, p. 94). Em última instância, há que se procurar compreender se e como os sujeitos irão se apropriar das HQs, extraindo dessa relação formas de superar as condições adversas à uma educação para a vida.

Considerações

As HQs se apresentam como uma forma significativa de abordar temas sensíveis e urgentes, como a identidade de gênero e a orientação sexual. Um desafio é inseri-las em um dispositivo formativo para professores e, partir daí, compreender como se dá a sua apropriação como recurso didático-pedagógico. Conforme exposto, esta pesquisa buscará analisar esse dispositivo para a compreensão de um fenômeno em sua totalidade, na medida em que concebe o sujeito como um ser social, dentro de um contexto histórico, refletido nas contradições de um trabalho que, ao mesmo tempo, humaniza e aliena.

Referências

CARNEIRO, Maria Clara da Silva Ramos. O corpo em tiras: ficções e autoficções transgêneras nas tiras de Laerte Coutinho. **Revista Brasileira de Literatura comparada**, v. 23, n. 44, p. 62-77, dez. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2596-304x20212344mcsrc>. Acesso em: 2 ago. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006. 295 p.

GONZATTI, Christian. Um manifesto queer para descolonizar a cultura pop. **Revista PERIÓDICUS**, v. 3, n. 16, p. 156-168, out. 2021-dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/38341> . Acesso em: 5 nov. 2022.

GONZATTI, Christian. **Pode um LGBTQIA+ ser super-herói no Brasil? Ciberacontecimentos pop e a guerra semiótica sobre gênero e sexualidade na cultura nerd**. 2022. 318 p. Tese de doutorado — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2022.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PAIVA, Fábio da Silva. **Educação e violência nas histórias em quadrinhos de super-heróis: a percepção dos leitores de Batman**. 2011. 106 p. Dissertação de mestrado — Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4679>. Acesso em: 3 ago. 2022.

PAIVA, Fábio da Silva. **Histórias em quadrinhos na educação**. Salvador: Quadro a Quadro, 2017. 123 p.

PEIXOTO, Joana. A inovação pedagógica como meta dos dispositivos de formação a distância. **EccoS – Revista Científica**, v. 10, n. 1, p. 39-54, 14 nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.v10i1.1280>. Acesso em: 2 ago. 2022.

PIRES, Marília Freitas de Campos. O materialismo histórico-dialético e a Educação. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 1, n. 1, p. 83-94, ago. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1414-32831997000200006>. Acesso em: 2 ago. 2022.

RAMA, Angela *et al.* **Como usar as histórias em quadrinhos em sala de aula**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 160 p.

RAMOS, Paulo. **A leitura dos quadrinhos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SANTOS, Júlio César dos. *In*: ECHALAR, Jhonny David; PEIXOTO, Joana; ALVES FILHO, Marcos Antonio (orgs.). **Trajetórias**: apropriação de tecnologias por professores da educação básica pública. Ijuí: Unijuí, 2020. p. 93-94.

SAVIANI, Dermeval. **Educação**: do senso comum à consciência filosófica. 12. ed. São Paulo: Autores Associados, 1996. p. 247

SILVA, Mariana Favareto; QUINTELLA, Siumara Silveira Melo. A categoria da totalidade concreta: o epistemológico e o ontológico na definição de um objeto de investigação. **Cadernos de Educação**: Ensino e Sociedade, v. 1, n. 1, p. 245-256, 2014.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Panorama das histórias em quadrinhos no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2017a. 208 p.

VERGUEIRO, Waldomiro. **Pesquisa acadêmica em histórias em quadrinhos**. São Paulo: Criativo, 2017b. 159 p.

GESTÃO EDUCACIONAL E A EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE A PARTICIPAÇÃO DAS CRIANÇAS DE ZERO A TRÊS ANOS

Alessandra daSilva Camelo D’ORAZIO (IFG)

E-mail: alespsi@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/461744879147434>

Telma Aparecida Teles Martins SILVEIRA (IFG)

E-mail: telma.silveira@ifg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9839973034762015>

[...] As crianças desejam falar. Desejam ser ouvidas. Elas desejam conversar. E... um detalhe: todas de uma só vez! Ao mesmo tempo! Que *overdose* de vozes infantis! Boa *overdose*, pois não mata, pelo contrário, está cheia de vida! (ALGEBAILLE, 1996, p. 123)

Palavras-chave: Gestão Democrática. Educação Infantil. Participação

Este trabalho nasceu de um percurso reflexivo e dinâmico da minha formação enquanto professora da educação básica e de diretora de Centro Municipal de Educação Infantil em Goiânia (CMEI) que experienciava atividades administrativas e pedagógicas, como reforça FREIRE, toda pesquisa nasce de uma curiosidade do mundo “[...] curiosidade como inquietação indagadora, como inclinação ao desvelamento de algo, como pergunta verbalizada [...]” (FREIRE, 1996, p. 32).

Assim, pressupondo que a gestão já segue o princípio da Gestão democrática, conforme demarcado na LDB:

A Constituição de 1988 no artigo 206 diz que, a gestão escolar deve ser democrática e participativa. Deve atender os princípios democráticos estabelecidos na referida legislação. Desta forma, as escolas públicas poderão gerenciar com autonomia o processo de ensino e aprendizagem dentre outros aspectos importantes frente a realização de uma gestão democrática, participativa e acima de tudo que respeite o direito de vez e voz de todos os seus partícipes do processo educativo.

Destaca-se como inferência que “o fim último da educação é favorecer uma vida com maior satisfação individual e melhor convivência social. O autor destaca ainda que:

A educação, como parte da vida, é principalmente aprender a viver com a maior plenitude que a história possibilita. Por ela se toma contato com o belo, com o justo e com o verdadeiro, aprende-se a compreendê-los, a admirá-los, a valorizá-los e a concorrer para sua construção histórica, ou seja, é pela educação que se prepara para o usufruto (e novas produções) dos bens espirituais e materiais. (PARO, 2001, p. 37-38)

A presente pesquisa, “Gestão educacional e a educação infantil: um olhar sobre a participação das crianças de zero a três anos”, se encontra em fase de desenvolvimento e compõe um dos vários subprojetos em desenvolvimento no projeto “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (Nepiec) vinculado ao programa de Pós-Graduação do Instituto Federal de Goiás (PPGE/IFG), na linha de pesquisa “Teorias Educacionais e Práticas Pedagógicas”. A presente pesquisa, ainda em andamento, tem como perspectiva teórico metodológica a dialética marxista, que visa compreender a Gestão Educacional seu caráter de totalidade e provisoriade, concretude, enfim em uma relação dinâmica de seus múltiplos determinantes.

Nessa direção, temos como metodologias investigativas: a pesquisa empírica se em que alguns critérios estão sendo considerados como: eleição direta para diretores, instituição que atendem crianças de zero a três anos de idade (creche), dentre outros; a revisão de literatura a fim de descortinar o campo investigativo acerca do objeto proposto. E por fim, mas compreendido de modo articulado iremos analisar os documentos referentes à Gestão educacional realizada em âmbito municipal e na instituição e, em âmbito nacional.

A Gestão é definida como articulação entre os aspectos físicos, materiais, humanos e financeiros que visam à concretização da função social da escola, devendo ser compreendida em uma efetiva participação de todos/todas no processo educativo (crianças, profissionais da educação, família e a comunidade local e educacional) (SILVEIRA; ARAÚJO, 2016). Assim, de modo articulado os termos Gestão democrática, compartilhada e participativa são compreendidos na luta dos movimentos sociais, movimentos de educadores que concretizaram essas premissas da democracia na legislação nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) visando a construção de uma educação pública, liberal, laica, inclusiva, com referência social e de qualidade democrática.

Nessa direção, levando em conta a multiplicidade de conceitos e práticas que permeiam a constituição educacional, esse estudo visa pesquisar que relações perpassam a participação da criança na Gestão Educacional, considerando o que diz respeito ao instituído pelas normas legais no âmbito educacional, bem como as formas com que as crianças participam dessa gestão. Sendo assim, o objetivo geral o trabalho é analisar os modos de participação das crianças de 0 a 3 anos na Gestão Educacional, a partir da consideração delas como sujeitos de direitos.

Os objetivos específicos incluem conhecer as formas e os desafios da participação das crianças na gestão escolar; promover a construção de novas formas democráticas que permitam a expressão de identidade, desejos e interesses das crianças fundamentada nos princípios democráticos da educação brasileira; fomentar discussões sobre a efetivação do direito da criança a ser ouvida e ter sua opinião levada em conta nos assuntos que afetam sua vida e buscou-se também compreender a produção acadêmica-científica sobre a gestão educacional com crianças de zero a três anos de idade presentes em dissertações e teses defendidas entre 2016 e 2020 nos programas de pós graduação do país.

A fim de aprofundar a pesquisa e sanar as lacunas encontradas nas produções acadêmicas, levantamos a seguinte problemática: Como se dá a participação das crianças de zero a três anos na gestão democrática educacional?

Para se alcançar os objetivos propostos dessa pesquisa, utilizaremos como referencial teórico-metodológico de análise do objeto a perspectiva dialética marxista, tendo como autores basilares: Karl Marx (2002; 2003); Marx e Friedrich Engels (2002); Ivone Barbosa (1991; 1997; 2006). Para discutir os embates e debates teórico-práticos do conceito de Gestão: Vitor Paro (2016), Luís Fernandes Dourado (2007; 2020), Krawczyk (1999), dentre outros. Para compreender a educação de crianças de zero até três anos de idade destacamos: Barbosa (1999; 2001; 2008; 2013; 2015) Natália Fernandes (2009; 2016), Silveira (2015;2016), dentre outros.

Neste trabalho investigativo será utilizado o Materialismo Histórico Dialético como possibilidade de compreensão e apreensão em sua concretude a Gestão Educacional e Educação Infantil expressas nas pesquisas acadêmicas e nas concepções do/das profissionais que atuam com crianças de zero a três anos de idade em instituições educacionais e seus multideterminates. Foi observado que essas concepções situadas em um determinado tempo histórico, em uma determinada realidade influenciam a Gestão Educacional e é por elas influenciada (SILVEIRA,2015).

Sendo assim, o conhecimento científico vai se constituindo na medida em que a própria vida social vai se desenvolvendo, como destaca Marx e Engels (1993):

Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material [...]. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto o que eles produzem quanto a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção (Marx e Engels, 1993, p.13).

Visando compreender as pesquisas e de modo articulado será também realizada a análise documental (Leis, Decretos, Portarias, Atas do Conselho Escolar, Projeto Político-pedagógico), utilizando-se das normas legais que regem a gestão educacional, buscando compreender quais os documentos que regem a Gestão democrática participativa em âmbito municipal.

A educação deve ser compreendida em um movimento complexo, dinâmico constitutivo da vida social e das formas de reprodução do ser social, dimensão que contribui para produção e reprodução das condições necessárias ao processo de acumulação incessante do capital (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2012).

Para tanto, nesse trabalho realizamos uma pesquisa documental e teórica a fim de abordar a concepção contemporânea sobre gestão educacional e a participação das crianças de zero a três anos.

Aqui tratamos de um levantamento bibliográfico, no banco de teses e dissertações da CAPES, com abordagem qualitativa de natureza exploratória, que consiste em um método de pesquisa da prática baseada em evidências, pois sintetiza as pesquisas disponíveis sobre determinado tema, fundamentando-se em conhecimento científico (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Nessa perspectiva, o processo de elaboração do presente estudo apresentou as seguintes fases: (i) estratégia de busca na literatura, identificação dos estudos e coleta de dados; (ii) análise dos estudos incluídos; (iii) e discussão dos resultados (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores e suas combinações: participação AND gestão educacional, tivemos 769 trabalhos, Educação Infantil AND participação, encontramos 367 trabalhos, e Gestão Democrática e Educação Infantil, 289 trabalhos.

Inicialmente todos os estudos identificados na pesquisa foram avaliados a partir de seus títulos e/ou resumos. Posteriormente, os estudos que atenderam aos critérios de inclusão foram recuperados para leitura do texto completo e nova avaliação quanto aos critérios de inclusão, fizemos o mapeamento e o fichamento. Do total de estudos selecionados, foi realizada uma leitura prévia e identificados alguns eixos para análise. Após essa etapa, as informações extraídas dos estudos selecionados incluíram: título, autores, base de dados, ano de publicação, idioma, objetivo do estudo e conclusão.

A análise dos estudos selecionados, em relação quanto a síntese dos dados extraídos das dissertações e teses foram realizadas de forma descritiva, possibilitando observar, contar, descrever e classificar os dados, com o intuito de reunir o conhecimento produzido sobre o tema

explorado na revisão. Foram selecionadas 15 dissertações de mestrado e 20 teses de doutorado para compor a análise. O conceito de participação é reforçado dentro da gestão democrática, visto que, é um dos princípios e destaca especificamente o ensino fundamental, o Conselho Escolar e a Comunidade, encontramos poucos trabalhos sobre a participação das crianças e os que encontramos se volta para pré-escola, a etapa creche, que envolvem as crianças de zero a três anos.

O conceito de Gestão Educacional, contemplado nas unidades educacionais pelo poder público, contempla uma nova perspectiva para um trabalho educacional que foca na participação da comunidade e de todo corpo físico da instituição para a manutenção da mesma. Essa participação acontece em todas as etapas da gestão, desde o ato de planejar os projetos, construí-los, implementá-los e avaliá-los até as questões mais burocráticas da instituição, ou seja, a gestão democrática significa uma grande conquista na construção de um processo democrático em uma instituição escolar (CUNHA, 2020).

A experiência desta primeira parte da pesquisa nos permite dizer que temos uma breve amostra das diferenças e contradições que existem nos processos de gestão democrática educacional e a Educação Infantil, evidenciando destacar qual o papel da gestão educacional nesse processo de incluir essas crianças e definir seu papel. Além disso, o desenvolvimento de uma gestão democrática, representa absorver a ideia de multiculturalidade, aceitando conviver com opiniões diferentes e respeitando-as e transformar os interesses individuais em interesses coletivos, buscando a participação de todos os envolvidos na construção desse processo.

Referências

BARBOSA, Ivone Garcia. **A educação infantil: perspectiva histórica, lutas e necessidades.** Goiânia: FE/UFG, 1999. Impresso.

COLASANTO, C. A. **Avaliação na educação infantil: a participação da criança.** 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, SP, 2014.

CUNHA, G. R. M. C. **Gestão escolar e a democracia: o que pensa e pratica a equipe escolar do ensino Fundamental I.** 2020. Dissertação de Mestrado apresentada à banca de Defesa para aquisição do título de Mestre em Educação junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2020.

DOURADO, Luiz F. A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola. In: FERREIRA, Naura S. C. e AGUIAR, Márcia A. da S. (orgs.) **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional?** São Paulo: Papirus, 2002.

DOURADO, Luiz F. (org) et al. **Gestão escolar democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares da rede municipal de ensino de Goiânia-Go.** Goiânia: Alternativa, 2003.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Da escola materna à escola da infância: a pré-escola na Itália hoje. **CEDES**. Campinas, n.37, p. 63-100, 1995

FERNANDES, Natália. **Infância, participação e direitos** – Representações, práticas e poderes. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Dalila de Andrade. *Gestão Democrática da Educação: Desafios Contemporâneos*. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Editora Vozes

PERONI, Vera Maria Vidal. CAETANO, Maria Raquel. LIMA, Paula de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017.

PARO, Vitor H. A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escolapública. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes. p. 300-307. 1998.

PARO, Vitor H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006.

PARO, Vitor H. O princípio da gestão escolar democrática no contexto da LDB. **Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 14, n.2, jul/dez, 1998. p. 243-251

PARO, Vitor H. **Escritos sobre educação**. São Paulo: Xamã, 2001.

SANTOS, C. R. **A Gestão Educacional e Escolar para a Modernidade**. São Paulo: CengageLearning, 2008.

SILVEIRA, T. A. T. M.; ARAÚJO, C. S. Gestão democrática na Educação Infantil: uma análise da RBP AE no período de 2000 a 2012. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. v. 31, n. 3, p. 697–717. 2016.

TEIXEIRA, L. H. J. **Cultura organizacional e projeto de mudança em escolas públicas**. Campinas: Autores Associados/ANPAE, 2002.

FORMAÇÃO DE CONCEITOS MATEMÁTICOS EMBASADOS NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL

Anna Carollyna Torquato FERREIRA; IFG – Campus Goiânia; carolt201583@gmail.com;
<http://lattes.cnpq.br/0573014340285264>

Duelci Aparecido de Freitas VAZ; IFG – Campus Goiânia; duelci.vaz@gmail.com;
<http://lattes.cnpq.br/7087050865236814>

Palavras-chave: *Ensino de matemática; Formação de conceitos; Teoria histórico-cultural.*

TEMÁTICA

O presente projeto consiste em apresentar o esboço da dissertação onde, apresentaremos uma pesquisa teórico-bibliográfica, seguida de um experimento didático formativo davydoviano, a ser desenvolvida no mestrado em Educação do IFG - Câmpus Goiânia, embasada na teoria histórico-cultural e seus desdobramentos, propondo a formação de conceitos científicos em matemática.

Dividiremos a dissertação em capítulos que tratam da Teoria histórico-cultural, suas principais definições, como esta foi consolidada, por quem e ainda, seus desdobramentos, que conseqüentemente nos levará a Teoria do ensino desenvolvimental de Davydov. Terá os procedimentos metodológicos adotados, os passos do experimento, a descrição do local de pesquisa e pôr fim a análise da experimentação.

PROBLEMA DE PESQUISA

Sabemos que ensinar e aprender conceitos são processos que caminham juntos. Os conceitos são associados aos objetos culturais, produzidos durante a experiência social e histórica da humanidade. Freitas (2016 p. 4), afirma que “O conceito é a forma refletida e pensada do objeto, [...] não são fixos, imóveis, mortos, isolados. Eles possuem um movimento [...]” Nessa ramificação de conceitos desenvolvidos, os temos como teóricos e empíricos. Os conceitos empíricos, são aqueles que refletem a manifestação externa do objeto e os conceitos teóricos são a junção da investigação científica com as ações mentais envolvidas nesse processo, os quais são ensinados em sala de aula. Para Vygotsky, de acordo com Rego (1995, p. 79), é na escola, a partir da mediação do professor, que se formam as funções psíquicas superiores, importantes signos mentais que tornam as pessoas capazes de resolver problemas contextuais.

Podemos destacar que a formação de conceitos exige compreensão sobre os modos que o homem, a partir de um referencial histórico, ensina, aprende, constrói, desenvolve os objetos de conhecimento. Para a formação do conceito no ambiente escolar, é necessário desenvolver uma estratégia de modo a fazer com que o aluno percorra os caminhos que os cientistas percorreram na determinação do objeto.

No ensino praticado em nossas escolas, o professor nem sempre realiza a mediação dos conceitos científicos e muitas vezes atua no nível imediato do ensino, apresentando aos alunos os conceitos de forma descritiva. (Vygotsky 1987, p.72, *apud* Rego 1995, p. 78) destaca que:

O ensino direto de conceitos é impossível e infrutífero. Um professor que tenta fazer isso geralmente não obtém qualquer resultado, exceto o verbalismo vazio, uma repetição de palavras pela criança, semelhante a de um papagaio, que simula um conhecimento dos conceitos correspondentes, mas que na realidade oculta um vácuo [...].

Davydov (1988, p.3) critica a forma com que a escola contemporânea trabalha os conhecimentos científicos, além de observar que os professores expõem os resultados da ciência aos alunos e não lhes permitem a experiência histórica com esses conteúdos. Libâneo (2004, p.19), destaca:

Davydov recrimina no ensino tradicional a transmissão direta aos alunos dos produtos finais da investigação, sem que possam aprender a investigar por si mesmas. Todavia, a questão não está em descartar os conteúdos, mas em estudar os produtos culturais e científicos da humanidade, seguindo o percurso dos processos de investigação, ou seja, reproduzindo o caminho investigativo percorrido para se chegar a esses produtos. O procedimento prático de se realizar essas estratégias são as ações de aprendizagem. Por meio de atividades de abstração e generalização e exercícios escolares, representativos da disciplina, pode-se ensinar às crianças o modo como aprender a manejar seus processos cognitivos.

Assim, para Libâneo (2004, p.19), Davydov orienta um ensino no qual o aluno pode formar ações mentais, com base em problemas investigativos, a partir da experiência histórica da humanidade.

O interesse em propor uma experiência teórico-prática, com a introdução dos conceitos matemáticos, surgiu da nossa experiência acadêmica. Primeiramente, enquanto estudante, após notar uma dificuldade geral na apropriação de conceitos novos, uma vez que não recebíamos as orientações adequadas de grande parte dos professores. Na maioria

das vezes, os docentes descreviam os conceitos no quadro, desenvolvendo, em seguida, exemplos que deveriam ser seguidos, oferecendo uma experiência empírica dos conhecimentos, focando nas características externas dos objetos ou conteúdos matemáticos.

Pensando em como poderíamos contribuir para que o ensino supere esse cenário atual de transmissão de conhecimentos e, permita que o aluno chegue a essência dos objetos e suas múltiplas determinações, propomos utilizar a teoria histórico-cultural e seus desdobramentos para formação de conceitos matemáticos.

Nesta perspectiva, desejamos pesquisar e trabalhar para que a dimensão cultural do conhecimento e da escola ganhe mais importância dia após dia. Efetivando, assim, através da pesquisa, uma visão clara e divergente da tradicional com a qual estamos acostumados.

OBJETIVOS

Objetivos Gerais

A mais abrangente finalidade da presente pesquisa é analisar, a partir de uma perspectiva qualitativa, em que nos preocuparemos com a análise processual do experimento didático formativo davydoviano, as apropriações conceituais de conteúdos matemáticos. Ou seja, observar o sujeito agindo, em movimento, desenvolvendo um experimento elaborado a partir da teoria desenvolvimental e da mediação do professor na perspectiva da teoria histórico-cultural, desvelando e se apropriando do conceito, para descrever, a partir de uma análise fundamentada em categorias da teoria desenvolvimental, como os conceitos aplicados produzem uma aprendizagem efetiva, considerando o contexto social da escola e de seus alunos, para compreendermos o fenômeno da aprendizagem em uma situação globalizante.

Objetivos Específicos

Pretendemos despertar o interesse do aluno para o estudo do objeto; fazer com que ele compreenda que os conceitos matemáticos fazem parte do dia a dia dele; superar, mas não desconsiderar o ensino empírico; possibilitar um ensino teórico, permitindo que os alunos percorram caminhos que os cientistas já percorreram; contribuir para que o aluno aprenda e conseqüentemente se desenvolva de forma efetiva; ensinar com vistas à aprendizagem e aos conhecimentos historicamente produzidos e socialmente válidos;

oportunizar que professores e alunos da escola campo e demais interessados (coordenadores, gestores, etc) no processo de aprendizagem se apropriem das contribuições teóricas.

METODOLOGIA

A metodologia que será utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa se fundamenta inicialmente numa pesquisa teórico-bibliográfica, a partir da qual se aprofundará na base conceitual da teoria histórico-cultural e seus desdobramentos, que conta com as contribuições dos principais pensadores Alexei Nikolaevich Leontiev, Daniil Borisovich Elkonin, Lev Semiónovich Vygotsky e Vasily Vasilovich Davydov. Teoria a qual tem como base epistemológica o materialismo histórico dialético. Faremos a revisão bibliográfica através do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, refinando para selecionar trabalhos de interesse para nossa pesquisa, que envolve duas grandes áreas do conhecimento Educação e Ensino de Matemática.

Uma vez apropriada a teoria, planejaremos um experimento didático formativo davydoviano, realizando o movimento do abstrato ao concreto, sintetizado nas seis ações propostas por Davydov (1988) que são: transformação dos dados da tarefa com a finalidade de revelar a relação universal, geral, do objeto estudado; modelação da relação universal na unidade das formas literal, gráfica e objetal; transformação do modelo da relação universal para estudar suas propriedades em forma pura; dedução e construção de um determinado sistema de tarefas particulares que podem ser resolvidas por um procedimento geral; controle da realização das ações anteriores; avaliação da apropriação do procedimento geral como resultado da solução da tarefa de estudo dada.

Sobre o experimento didático formativo, será realizado no Colégio Estadual Moysés Pereira Peixoto, escola pública de Anicuns-GO. O conteúdo a ser trabalhado, será matriz, visto sua relevância social, o qual deverá ser desenvolvido na 2ª Série do Ensino Médio.

Iniciaremos o recrutamento para a pesquisa na escola campo, solicitando a assinatura da direção no Termo de Anuência das Instituições Coparticipantes. Após a assinatura, conversaremos com os possíveis professores regentes que nos acompanharão durante o processo. Com isso, conversaremos com os alunos e veremos oralmente como eles

se colocam e disponibilizam a participar da pesquisa. Caso oralmente aceitem a proposta, começaremos os trâmites legais. Como os participantes convidados para pesquisa tem idade entre 15 a 17 anos, aplicaremos os TALE (Termo de Assentimento Livre e Esclarecido) a eles, bem como os TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) aos pais e/ou responsáveis legais.

Reiteramos que a análise de dados bem como todas as outras fases da pesquisa iniciar-se-ão, a partir da aprovação por meio do Sistema Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), subordinado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do IFG.

Para uma efetiva triangulação de dados, faremos uma entrevista semiestruturada com o professor regente e a direção do colégio e aplicaremos um questionário misto aos alunos, afim de comprovar nossa hipótese e experiência de um ensino empírico, de modo a não influenciar nenhum deles com nosso posicionamento.

Para a realização das atividades que serão propostas aos alunos, faremos um caderno para cada, como um diário de campo, com o intuito de poder analisar de perto ao fim de cada aula o desenvolvimento deles. Este caderno ao fim da pesquisa ficará com o próprio estudante.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, utilizaremos de filmagens, diário de campo, fotos, gravações e questionários como instrumentos de obtenção de dados para posterior análise, com a divulgação apenas com autorização dos participantes e responsáveis.

A análise será realizada a luz da teoria desenvolvimental de Davydov, na qual escolhemos como categorias de análise a mediação do professor, a aprendizagem de conceitos empíricos e científicos.

Através dessas categorias compreendemos que será possível a partir de uma análise qualitativa, percebermos o movimento do aluno, do abstrato ao concreto, e se o mesmo apropriou do conceito matemático proposto.

RESULTADOS FINAIS OU PARCIAIS

Por ainda se tratar de um projeto de pesquisa, que irá a campo, ainda temos apenas os resultados esperados por nós. Pretendemos alcançar de forma particular e global os alunos, assim como todos os outros interessados.

Temos o intuito de levar a luz da teoria e fazer com que contribua como uma nova perspectiva de formação de conceitos e, como esses são relevantes socialmente.

Por fim, não menos importante, fazer dessa pesquisa meio de aprendizado e crescimento pessoal e profissional dos pesquisadores e ainda, disponibilizá-la permitindo com que novas pessoas possam acessá-la e utilizá-la, assim como nós utilizamos de outros, sendo esses resultados positivos ou não.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conduziremos a pesquisa a uma compreensão com base nas formas de internalização dos conceitos científicos, fundamentado nas relações sociais, nas atividades realizadas pelo indivíduo e na infundável transformação deste sujeito e da natureza, considerando assim que a absorção destes conceitos parte do interpessoal para o intrapessoal. Nossa tentativa será de contribuir com as teorias já existentes e seus desdobramentos.

Referências

- DAVYDOV, V. V. **Problemas do ensino desenvolvimental: A experiência da pesquisa teórica e experimental na psicologia**. Trad. de José Carlos Libâneo. Educação Soviética, N° 8, agosto, 1988.
- LIBÂNEO, José Carlos. **A didática e a aprendizagem do pensar e do aprender: a teoria histórico-cultural da atividade e a contribuição de vasilidavydov**. Revista Brasileira de Educação Dez 2004, N° 27 Páginas 5 – 24
- PRESTES, Z. R. (2010). **Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil: repercussões no campo educacional**. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2-295.
- REGO, T. C. **Vygotsky: Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. (Vozes (Ed.)). 1995. 138p.

FORMAÇÃO DOCENTE EM TEMPOS DE COVID-19.

Aurizete da Silva REZENDE
aurizete@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/1958145935800679>
Joana PEIXOTO
joana.peixoto@ifg.edu.br
<http://lattes.cnpq.br/5636200472384576>

Palavra-chave: Tecnologias e educação; Formação em lives; Pandemia-Covid-19.

TEMÁTICA

A educação pode ser vista como um processo de humanização por meio do qual há apropriação de conhecimentos científicos produzidos pelo homem e, constitui, ainda, um processo pelo qual os seres humanos são inseridos na sociedade (SAVIANI, 2007).

No que diz respeito ao uso de tecnologias na educação, não se trata de considerar apenas o uso exclusivo da rede de computadores, mas a compreensão da tecnologia, como produto da ação humana sobre a natureza. (MARX, 1987). A tecnologia é aqui vista como instrumento que compõe a produção e reprodução das condições de existência humana, através das quais, o homem ao transformar a natureza, transforma a própria natureza e também a si próprio (MARX, 1987, 2007; SAVIANI, 2007).

Sob o advento da crise sanitária da Covid-19, reconhecida pela OMS¹ em 11 de março de 2020, como uma doença respiratória, com alto índice de transmissão e contaminação, esta organização recomendou aos governos a adoção de intervenções não farmacológicas, as quais incluem medidas individual, ambiental e comunitária (restrição ou proibição ao funcionamento de escolas e universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, além de outros espaços) para o combate ao contágio do coronavírus². Esse acontecimento atingiu e desestabilizou ainda mais o sistema educacional brasileiro, e como medida para conter a expansão da contaminação, foram suspensas as aulas presenciais em escolas e universidades afetando mais de 90% dos alunos no mundo (UNESCO, 2020).

Após tanto tempo de suspensão, o Ministério da Educação (MEC) determinou a retomada das aulas na modalidade, Ensino Remoto Emergencial (ERE)³. Esta medida focava mais o cumprimento do calendário escolar do que a saúde e as vidas humanas afetadas pela pandemia, visto que não foi acompanhada a tempo, de ações governamentais de prevenção ao contágio e de

¹ Organização Mundial da Saúde.

² (SARS-CoV-2).

³ Ensino remoto emergencial foi determinado por meio da Portaria do Ministério da Educação - MEC nº 544 (DOU, 2020) que dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo Coronavírus - Covid-19.

tratamento da doença (SAVIANI; GALVÃO, 2021). Essa medida se deu sob contestação dos professores e dos demais profissionais da educação através de seus sindicatos. Isto porque, não houve um debate sobre as garantias de acesso de professores e estudantes às tecnologias digitais e foram desconsideradas as condições estruturais de trabalho e de vida da classe trabalhadora sob a pandemia (COLEMARX, 2020).

A implantação do ERE, deu-se com, 55,9% dos domicílios no país não tem computadores e, dentre aqueles que possuem internet, 99,2% o fazem apenas pelo celular (IBGE, 2020). Situação essa, de boa parte das famílias brasileiras com baixo poder aquisitivo, em especial residentes de zonas rurais, ribeirinhos e demais populações mais afastadas dos centros urbanos (GONÇALVES; NOGUEIRA, 2017).

Além disso, os professores não receberam orientações, suporte financeiro, técnico, ou emocional adequado para a utilização das tecnologias digitais (COLEMARX, 2020). Podemos observar que, não estavam dadas as condições para que estudantes e professores de parte significativa da população brasileira realizassem o trabalho remoto a partir de seus domicílios. Ou seja, não haviam os meios necessários para a efetivação do ensino remoto.

Mesmo com este contexto, as escolas públicas foram induzidas a adotar as mídias de comunicação como estratégias de ensino e como meio de interação social e formação. Por isso, as condições acima referidas se materializaram em inúmeros obstáculos para a condução do trabalho pedagógico-didático.

Impôs-se uma situação na qual os docentes foram impelidos a utilizar meios tecnológicos dos quais não dispunham ou que não conheciam. Eles se viram na condição de adotar estratégias de ensino desconhecidas, por meio de ferramentas digitais síncronas e assíncronas. Enfim, os docentes desconheciam ou pouco dominavam recursos e procedimentos de ensino com os quais tiveram que lidar. A formação docente, colocou-se assim, como uma necessidade. Esta necessidade formativa, inicialmente relegada por gestores educacionais, objetivou-se, gradativamente em projetos e ações por parte de secretarias de educação, gestores escolares, centros de formação e universidades.

Exigiu-se um tempo extra dos docentes além das atividades laborais, a partir do 2º semestre de 2020, quando começaram a ser oferecidas palestras, oficinas, diversos eventos formativos online voltados para a preparação docente para a condução do ERE. Um dos recursos mais utilizados para estes eventos formativos foram as lives. As lives se constituíram, assim, num suporte de destaque no contexto das propostas formativas oferecidas aos docentes, razão pela qual nos decidimos a adotá-las como o espaço principal para a nossa investigação.

Levando em conta a necessidade de formação docente para uso de tecnologias digitais em rede, o processo de definição do tema do projeto de pesquisa tomou como referência uma revisão preliminar de literatura, realizada no banco de dados do Google Acadêmico, a partir dos seguintes descritores: “educação” AND “tecnologia” AND “trabalho pedagógico” AND “trabalho docente” AND “pandemia-Covid19” AND “Formação continuada” “lives”. Foram encontrados 04 artigos científicos, destes 03 artigos abordavam a formação docente. Dentre esses, nenhum menciona as lives como suporte de transmissão na formação docente em tempos de pandemia pela Covid-19.

Assim, partindo dessa revisão preliminar, das dificuldades dos professores em relação ao ERE, da falta de abordagem sobre o assunto, surgiu o interesse de colocar em foco a questão da formação do professor em tempos de Covid-19 em uma investigação. Esta revisão permitiu delimitar como tema para presente pesquisa: A tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático na formação recebida pelos docentes da educação básica pública no período da pandemia da COVID-19 (2020-2022).

Considerando o tema, o método adotado, emergem três categorias essenciais para a construção do objeto desta pesquisa, quais sejam: trabalho, tecnologia e mediação.

O trabalho é entendido como uma manifestação humana que põe o homem em movimento de modo planejado e sistemático e, ao fazê-lo, produz historicidade e constitui-se esse ser humano, diferenciando-o dos demais seres vivos (MARX, 1987).

A mediação, é compreendida em seus fundamentos marxistas, especialmente em Lefebvre (1991), que distingue a lógica formal e a lógica dialética. Peixoto (2016), ao discutir a tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático, recorre a lógica dialética para contestar a mediação como uma ponte entre dois polos antagônicos e propõe que a mediação seja pensada como relação e não como coisa ou objeto, como relações múltiplas entre sujeito e objeto do conhecimento.

Em relação a tecnologia afirmamos o pressuposto marxista que, ao colocar o trabalho como categoria central na constituição do humano, e a tecnologia como elemento integrante do processo de trabalho, coloca em relação direta o trabalho, a tecnologia e a formação humana (MARX, 1987; MARX e ENGELS, 2007; NETTO 2011).

Adotamos ainda, como referência, Feenberg (2003). O autor explica as relações entre tecnologias e a sociedade, apresentando os tipos mais comuns de posicionamentos que se encontram frente à tecnologia. Baseamo-nos também em Peixoto (2015) que, desdobra a discussão proposta por Feenberg (2003), articulando-a com o trabalho educacional.

Partindo da necessidade de investigar a formação docente no interesse da pandemia á

necessidade de conhecer a orientação temática e teórica acerca dos temas das lives formativas relacionado à tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático é, que se justifica a presente pesquisa.

PROBLEMA

Esta pesquisa tem como problema de pesquisa: “A tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático na formação obtida pelos docentes da educação básica pública no período da pandemia da Covid-19. (2020-2022)”, no qual foram adotadas medidas de distanciamento social para evitar o contágio pelo novo coronavírus.

OBJETIVOS

Geral: Analisar a formação recebida pelos docentes da educação básica pública no período da pandemia da Covid-19 (2020-2022) sobre a tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático.

Específicos: a) Levantar juntos aos docentes da educação básica pública, as lives por eles assistidas no período da pandemia da Covid-19 de 2020 á 2022; b) Categorizar a formação recebida pelos docentes da educação básica pública no período da pandemia da Covid-19, referente a tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático.

METODOLOGIA

Esta pesquisa é do tipo “Estado do Conhecimento”, que trata do “ estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado [...] dada a necessidade [...] de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e que aponte os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes” (ROMANOWSKI, 2006, p. 38-40). Dessa forma, julgou-se a escolha desta metodologia adequada a responder ao problema da pesquisa.

O caminho metodológico da pesquisa encontra aporte teórico em Vosgerau; Romanowski, (2014), Romanowski; Ens, (2006), entre outros.

Para o alcance dos objetivos propostos, a pesquisa adotará os seguintes procedimentos em três grandes etapas:

1) levantamento, junto aos docentes da educação básica pública, das lives por eles assistidas no período da pandemia Covid-19 (de 2020-2022);

2) categorização da formação recebida pelos docentes da educação básica pública, no período da pandemia da Covid-19 sobre a tecnologia na mediação do trabalho pedagógico-didático.

3) Análise das lives

A terceira etapa, será delineada a partir do aprofundamento das bases teórico-metodológicas desta pesquisa, considerando, os seguintes autores: Marx (1987, 2003), Marx e Engels (2007), Lefebvre (1991), Netto (2011) e Peixoto (2015, 2016).

O material encontrado durante a investigação será submetido a um estudo aprofundado orientado por referencial teórico da questão norteadora da pesquisa, utilizando procedimentos de categorização a partir do tema; observação das diferentes orientações teóricas e análise crítica do cenário composto, ou seja, observando as relações entre tecnologia e formação docente.

RESULTADOS

A pesquisa empírica será iniciada após aprovação pelo Sistema CEP-CONEP, do Comitê de Ética, IFG. Desse modo, não há resultados disponíveis.

Até o momento foi realizada relatada revisão preliminar de literatura e foi iniciado o estudo dos fundamentos teóricos para a presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia da Covid-19, desencadeou um cenário atípico na rotina e na dinâmica de toda organização social e econômica da população, e a presente pesquisa, busca compreender os fenômenos para além da superficialidade, em suas múltiplas determinações, inclusive na dimensão histórica, uma vez que o conhecimento é social e historicamente construído (LAVOURA; MARTINS, 2018). Isto implica em contextualizar a pandemia da Covid-19, considerando a realidade objetiva que abrange a compreensão do movimento entre os elementos que compõem tal realidade (LEFEBVRE, 1991).

REFERÊNCIAS

COLEMARX. **Em defesa da educação pública comprometida com a igualdade social:** porque os trabalhadores não devem aceitar aulas remotas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020. Disponível em: <https://colemarx.educacao.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Colemarxtexto-cri%CC%81tico-EaD-2.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FEENBERG, A. **O que é filosofia da tecnologia?** 2003. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/314618691/FEENBERG-Andrew-O-Que-e-Filosofia-Da-Tecnologia> Acesso em 05 nov. 2022

IBGE [INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA]. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).** Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoa 2017, Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101631>. Acesso em: 29 jul. 2022.

LAVOURA, T. N.; MARTINS, L. M. A. Materialismo histórico-dialético para as investigações em educação, **Revista Interface: Educar**, p. 223-239, 2018.

- LEFEBVRE, H. **Lógica formal/lógica dialética**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991
- MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Terceiros manuscritos. In: MARX, K. Os Pensadores, v. 1, 4 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PEIXOTO, J.; MORAES, M. G. Educação e Tecnologias: algumas Tendências deste Temático em Pesquisa Educacional. **Revista Educativa**, Goiânia, v. 20, n. 1, p. 233-252, conjunto. 2017. ISSN 1983-7771.
- PEIXOTO, J. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20 n. 61 abr./jun. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n61/1413-2478-rbedu-20-61-0317.pdf>. Acesso em 17 set. 2022.
- PEIXOTO, J. Tecnologias e relações pedagógicas: a questão da mediação. **Revista de Educação Pública**, UFMT, v. 25. ed. 59/1, 2016, Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/3681>. acesso em: 10 dez. 2021.
- PEIXOTO, J. Metáforas e imagens dos formadores de professores na área da informática aplicada à educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000400011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 nov. 2021.
- UNESCO. **A Comissão Futuros da Educação da Unesco apela ao planejamento antecipado contra o aumento das desigualdades após a Covid-19**. Paris: Unesco, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/comissao-futuros-da-educacao-da-unesco-apela-ao-planejamento-antecipado-o-aumento-das> Acesso em: 09 dez. 2020.
- ROMANOWSKI, J. P.; ENS, Romilda T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, p. 37-50, 2006.
- SAVIANI, D. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação** v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- SAVIANI, D.; GALVÃO, Ana Carolina. **Educação na pandemia**: a falácia do ensino remoto. In: SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Universidade e Sociedade: pandemia da covid-19: trabalho e saúde docente. Brasília: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, 2021. cap. 3, p. 36-49. Disponível em: <https://www.sintese.org.br/2021/03/16/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/> Acesso em: 11 mar. 2021.
- VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, PR, v. 14, n. 41, p. 165- 189, 2014.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO CÂMPUS GOIÂNIA

REPENSAR EDUCAÇÃO EM ANGOLA NA PERSPECTIVA DECOLONIAL: CORPO, CABELO E IDENTIDADE.

Fernando Júnior Adão ANTÔNIO¹

Paula Graciano PEREIRA²

RESUMO

A presente pesquisa busca compreender e problematizar a educação em Angola assim como refletir sobre práticas pedagógicas na perspectiva decolonial, afim de estimular o conhecimento do aluno, dialogando com a realidade histórico-cultural. A pesquisa em torno do tema visa contribuir também na construção identitária do povo angolano, partindo da discussão sobre cabelo, corpo e identidade, e compreender os fatores que levam a escola à exclusão o aluno do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de pesquisa documental com análise qualitativa. Para o levantamento de dados, serão utilizados livros, teses, dissertações, artigos, reportagens, fotografia, documentos orais e audiovisuais provenientes de participações em diálogos, rodas de conversas e eventos voltados para a realidade socioeducacional de Angola e relatos de alunos, através das mídias e redes sociais, que viveram e vivem essa realidade nas escolas. Com base nos levantamentos bibliográficos e documentais já realizados, é possível constatar como o cabelo afro no sistema de ensino em Angola ainda é visto como um problema e como isso está relacionado à reprodução do ensino colonialista e a uma série de discriminações que impactam diretamente na vida escolar e na qualidade do sistema educacional. Este trabalho se insere numa busca por práticas pedagógicas visando à conscientização cultural e histórica no sistema educacional angolano e pretende provocar debates e diálogos sobre o tema.

Palavras-chave: Angola, Educação, Decoloniaidade, Identidade, Práticas Pedagógicas

¹ Acadêmico do Programa de Mestrado em Educação pelo IFG- Campus Goiânia. Trabalho apresentado no I Seminário de Pós-graduação em Educação do IFG. Email: nandiis87@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1596214920296446>

² Professora titular do Programa de Mestrado em Educação pelo IFG-Campus Goiânia. Email: paula.pereira@ifg.edu.br . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1074563662681472>



O CABELO AFRO E O SISTEMA EDUCACIONAL EM ANGOLA

O interesse pela temática surgiu a partir da realidade vivenciada em Angola, no que concerne ao distanciamento entre a educação e a identidade cultural do povo angolano, devido à forte hegemonia cultural do ocidente sobre aquele povo. Nesse contexto, a identidade apresenta-se como um entrave no processo de ensino e aprendizagem do aluno, sustentando a ideologia colonial num passado-presente. Gomes (2019) entende a construção da identidade negra como um movimento que não se dá apenas a começar do olhar de dentro, do próprio negro sobre si mesmo e seu corpo, também na relação com o olhar do outro, do que está fora.

A sociedade angolana, que passou por um período de colonização portuguesa, é maioritariamente negra, mas vivencia a realidade da exclusão do cabelo afro e da marginalização da identidade cultural negra no sistema de ensino. Os alunos são obrigados a raspar ou alisar os cabelos e, se optam por manter seus cabelos crespos (curtos ou longos) e usar penteados afros, são retirados das salas de aulas, confrontados pela direção e professores. Essas situações têm levado muitos jovens a viverem em constates conflitos identitários, optando por ceder à cultura do colonizador, que é o alisamento e corte do cabelo para os homens e para mulheres as “perucas” ou aplicação de cabelos humanos (o famoso cabelo brasileiro³ em Angola).

É importante ressaltar, todavia, que o uso do cabelo negro natural/afro não é proibido por lei (LUAMBA, 2022). Trata-se de discriminação racial e colonialismo puros e institucionalizados, da negação explícita dos corpos e da identidade dos angolanos por outros sujeitos (e instituições) também angolanos. Sobre isso, Munanga (2020, p. 11) acredita que:

Se o processo de construção da identidade nasce a partir da tomada de consciência das diferenças entre “nós” e “outros”, não creio que o grau dessa consciência seja idêntico entre todos os negros, considerando que todos vivem em contextos socioculturais diferenciados.

³ Devido à forte influência do colonizador em Angola e à ideia eugenista de um Brasil branco, a sociedade angolana ainda acredita que o Brasil é formado somente (ou maioritariamente) por pessoas brancas e que o padrão de beleza na sociedade brasileira parte da estética branca, então os apliques de cabelo natural são conhecidos em Angola como “cabelo brasileiro”, onde há um grande mercado, com variedade de marcas e modelos.



Em diálogo com Freire (2021), é impossível construir uma consciência separadamente. Para o autor, se cada consciência tivesse seu mundo, as consciências se desencontrariam em mundos diferentes e separados. O que se vive em Angola é o que se pretendia com o ensino colonialista: a negação do ser angolano. Essa negação parte do princípio da marginalização e demonização de que tudo que vem do africano é ruim, traduzindo assim na exclusão dos cabelos (e conseqüentemente dos corpos) afros nos ambientes educacionais.

Freire (2021, p. 20) afirma ainda que “a educação era (é) o caminho mais viável para libertação de um povo”. Para que isso aconteça, o autor acreditava que o colonizado precisaria se libertar também dos referenciais teóricos e epistemológicos impostos pelo colonizador, suas premissas, fundamentos e seus paradigmas, só assim alcançariam uma libertação total.

Em diálogo com Munanga (2020) nesse contexto compreendemos que a memória que lhes inculcam não é de seu povo; a história que lhes ensinam é outra; os ancestrais africanos são substituídos por outros. Acrescenta o autor, “os livros estudados lhe falam de um mundo totalmente estranho, da neve e do inverso que nunca viu, da história e da geografia das metrópoles” (MUNANGA, 2020, p.32).

Os cabelos afros são caracterizados também pela sua memória, quer de resistência, libertação e identidade coletiva e individual (GOMES, 2019). Logo, pensar no cabelo como identidade negra é pensar também nas novas formas de ensino de história dentro daquela sociedade. Um outro ponto a ser tratado consiste no cabelo como estratégia de ensino para discutir várias temáticas em diferentes disciplinas, tais como: história (discutir o contexto histórico de África e o extermínio da cultura local); geografia (identificar territórios, povos africanos na diáspora partindo da discussão do cabelo); ciência (abordar sobre o corpo negro e suas múltiplas determinações); literatura (através do cabelo podemos identificar grupos que usavam determinados tipos de tranças e estudar suas variadas línguas, no caso dos bantus, iorubas etc).

Para Munanga (2020, p. 32), “é através da educação que a herança social de um povo é legada às gerações futuras e inscritas na história”. Portanto, o pensamento decolonial na educação se apresenta como uma ferramenta de suma importância para emancipação de um povo rompendo com o *status quo* visando o desenvolvimento social, político, educacional e econômico.



OBJETIVOS

Essa pesquisa tem como objetivo principal refletir sobre práticas pedagógicas decolônias na educação em Angola e a sua importância na construção de identidade dos alunos. Como objetivos específicos destacamos:

- Identificar as razões pelas quais os alunos são excluídos do sistema de ensino através de seu cabelo;
- Levantar elementos e fatores que as instituições de ensino utilizam para justificar a exclusão dos alunos que optam por usar o cabelo afro;
- Compreender, a partir dos alunos, as possíveis consequências advindas da negação do cabelo como símbolo de identidade negra.

METODOLOGIA

O trabalho consiste em uma pesquisa documental, com análise qualitativa. Para Marconi e Lakatos (2020, p. 157), “a característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não”. Nesta pesquisa, será necessária a utilização de livros, teses, dissertações, artigos, reportagens e fotografias para o levantamento de dados. O estudo contará, ainda, com documentos orais e audiovisuais provenientes de participações em diálogos, rodas de conversas e eventos voltados para a realidade socioeducacional de Angola e relatos de alunos, através das mídias e redes sociais, que viveram e vivem essa realidade nas escolas. A seguir, resumimos as fontes documentais a serem utilizadas:

Quadro 1: fontes documentais

Fontes escritas	Fontes não escritas
Livros	Fotografias
Teses	Diálogos
Dissertações	Rodas de conversa
Artigos	Eventos
Reportagens	Relatos (orais e/ou audiovisuais)

A análise dos documentos será pautada nas epistemologias e propostas metodológicas dos estudos decoloniais, uma vez que



[v]ários autores(as) do "giro decolonial" já destacaram o quanto as epistemologias criadas pelo Norte Global são hegemônicas e geraram diversos processos de epistemicídios. Além disso, as epistemologias e metodologias nortecêntricas estão baseadas na lógica cartesiana, eurocentrada, racializada, localizada e generificada (DULCI; MALHEIROS, 2021, p. 176).

Assim, os documentos elencados serão analisados em articulação com um referencial teórico-metodológico prioritariamente africano – especialmente angolano – e do Sul Global, a partir de categorias socioculturais e de conhecimentos e vivências angolanas. Nesse sentido, a pesquisa será desenvolvida nas seguintes etapas:

1. Levantamento bibliográfico e construção de arcabouço teórico;
2. Levantamento de fontes documentais;
3. Pré-análise e categorização dos documentos;
4. Análise interpretativa dos documentos;
5. Redação e apresentação da dissertação.

RESULTADOS

Com base nos levantamentos bibliográficos e documentais já realizados, é possível constatar como o cabelo afro no sistema de ensino em Angola ainda é visto como um problema e como isso está relacionado a: elevado número de alunos fora do sistema de ensino; reprodução do ensino colonialista; negação do ser africano; relação aluno/professor baseada na opressão; falta de práticas pedagógicas decoloniais nas escolas; falta de políticas de inclusão para os alunos que optam por manter seus cabelos naturais/afros nos espaços escolares etc. Assim, este trabalho se insere numa busca por práticas pedagógicas visando à conscientização cultural e histórica no sistema educacional angolano e pretende provocar debates e diálogos sobre o tema.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude dos argumentos aqui apresentados, é possível observar um retrocesso no sistema de ensino em Angola, através da reprodução de práticas colonialistas e segregacionista. Durante a elaboração da pesquisa, pude perceber que a mudança está longe de ser alcançada devido à realidade sociopolítica daquele país. Os desafios são enormes e a responsabilidade de ensinar a resistir também. Como pesquisador e professor,



a luta por uma educação na perspectiva decolonial em Angola ainda é um sonho a ser alcançado. É preciso conscientizar a sociedade partindo das discussões de África e suas diásporas.

Na perspectiva de mudar esse quadro, é necessário que sejamos autores da nossa própria história e pensemos na valorização dos patrimônios culturais e suas memórias dentro das escolas. A escola é um lugar de debates, respeito e diversidade, não de exclusão e desrespeito. Outrossim, a educação tem um papel fundamental dentro de uma sociedade com objetivo de contribuir na construção de um pensamento crítico e revolucionário. Portanto, a importância de uma educação decolonial reside em nos permitir criar uma identidade coletiva, do ponto de vista cultural, e fazer uma leitura de si e do mundo.

REFERÊNCIAS

- DULCI, Tereza Maria Spyer; MALHEIROS, Mariana Rocha. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a América Latina. **Espirales**, 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espirales/article/view/2686/2472>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 80. ed. Rio de Janeiro: Edições Paz e Terra, 2021.
- GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- LUAMBA, Manuel. **Alunos com cabelo crespo proibidos de assistir às aulas**. 29/09/2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/angola-alunos-com-cabelo-crespo-proibidos-de-assistir-%C3%A0s-aulas/a-63275829>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed. Belo Horizonte, 2020.
- OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **O que é uma educação decolonial**. Nueva América: Buenos Aires, 2016.

A CONSTRUÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA COM CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS DE IDADE EM UM MUNICÍPIO DO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISES A PARTIR DO PLANEJAMENTO DE TRABALHO DO/DA PROFESSOR/A

Hellen Cristine Vieira do AMARAL
PPGE / IFG

E-mail: hcvamaral@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6317395190679624>

Telma Aparecida Teles Martins SILVEIRA
PPGE/IFG

E-mail: telma.silveira@ifg.edu.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9839973034762015>

Palavras-chave: Prática pedagógica; Educação Infantil; Crianças; Professoras.

A presente pesquisa “A construção da prática pedagógica com crianças de zero a três anos de idade em um município do estado de Goiás: análises a partir do planejamento de trabalho do (a) professor (a)” é um subprojeto do projeto “Políticas Públicas e Educação da Infância em Goiás: história, concepções, projetos e práticas”, do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em Diferentes Contextos (Nepiec) vinculado ao programa de Pós-Graduação do Instituto Federal de Goiás (PPGE/IFG), na linha de pesquisa “Teorias Educacionais e Práticas Pedagógicas”.

Historicamente, as práticas pedagógicas na Educação Infantil têm sido marcadas por contradições e desafios, ora sendo influenciada pelas marcas do assistencialismo, outrora pelas marcas da escolarização e/ou antecipação de conteúdos do Ensino Fundamental. Tais práticas perpassam e ainda permeiam o interior das instituições educacionais, e cada vez mais tem sido revelada nas práticas pedagógicas acontecidas com crianças de 0 a 6 anos de idade. Como descreve Cerisara (1999):

Durante as últimas décadas, foi possível constatar duas formas de caracterização dos diferentes tipos de trabalhos realizados em creches e em pré-escolas: por um lado, havia as instituições que realizavam um trabalho denominado "assistencialista" e, por outro, as que realizavam um trabalho denominado "educativo". (CERISARA, 1999, p. 12).

Os estudos de Silveira (2015, p. 241) anunciam que as práticas pedagógicas “que compõe a organização do trabalho pedagógico têm multideterminantes sociais, culturais e históricos, que envolvem rotinas (tempo, espaço, atividades), planejamento, o cuidar e educar e avaliação, trazendo concepções e conceitos”. Isso quer dizer que toda a prática pedagógica

desenvolvida nas instituições e com as crianças são carregadas de sentidos, significados e concepções constituídas dialeticamente no processo de construção da identidade docente.

Nesse entendimento, defendemos que a Educação Infantil se constitui como um espaço formador propício para a fundamentação de uma prática dialética, consciente, crítica como reforça Silveira (2015, p. 94) em sua tese:

É consenso entre as pesquisas a necessidade de se reconhecer a Educação Infantil como um contexto formativo, um lugar privilegiado que, por meio das interações, priorize a vida em coletividade com o desenvolvimento da colaboração, da solidariedade e do respeito entre as crianças, crianças e adultos e entre os adultos.

Tendo em vista, essas premissas, consideramos pertinentes compreender as multideterminações da prática pedagógica do professor de 0 a 3 anos de idade a partir do planejamento de trabalho do(a) professor(a). Para tanto, delineamos algumas questões que serão basilares para a discussão e composição da pesquisa: Quais as concepções de Educação Infantil, infâncias e crianças das professoras de Educação Infantil? Como essas concepções se revelam no planejamento e no exercício da docência do trabalho no cotidiano da Educação Infantil? Como as professoras de Educação Infantil compreendem o planejamento da ação educativa e pedagógica?

É importante destacarmos que o conceito de prática pedagógica que assumimos nesse trabalho, parte da ideia apresentada por Barbosa (2010, p.1) de que:

A prática pedagógica é uma dimensão da educação, cuja finalidade é historicamente determinada e abrange práticas formativas, durante as quais ocorrem processos de socialização, transmissão, divulgação e apropriação de conhecimentos historicamente produzidos pelos diferentes grupos humanos e classes sociais nas mais variadas formas de interação que se estabelecem entre os homens e destes com o mundo sócio-material e cultural.

Entendemos ainda que, o planejamento é elemento constituidor da prática pedagógica do trabalho docente, e que pode favorecer às crianças a apropriação de conhecimentos de diferentes naturezas, bem como propiciar a construção de atitudes, afetos e diversas manifestações expressivas (BARBOSA, 2010). Nesse sentido, este projeto visa apresentar as relações/contradições e dimensões que se constituem na prática pedagógica com crianças de zero a três anos de idade, a partir da construção e materialização do planejamento de trabalho do(a) professor(a). Desse modo, importante se faz Compreender e analisar as concepções e materializações do planejamento na prática pedagógica com crianças de zero a três anos de idade.

Ao delimitar como objeto de pesquisa a prática pedagógica na Educação Infantil com crianças de 0 a 3 anos de idade sob o método dialético, acredita-se na investigação das

especificidades dessa temática, uma vez que, as concepções de crianças, infâncias, educação infantil se modificam em diferentes tempos e cultura, e a luta pela educação infantil pública e de qualidade acontece no cenário histórico de desafios, contradições e conquistas.

Nesse sentido, optamos por conduzir as investigações sob a égide do método dialético marxista (MARX, 2011) entendendo que essa perspectiva teórico-metodológica possibilita compreender o objeto em sua concretude, totalidade, contradições visando romper com a percepção somente do aparente. Isso quer dizer que a natureza do fenômeno nem sempre pode ser explicada do lado de fora, eles são compostos de substâncias complexas e dinâmicas que requerem e fazem uma investigação cuidadosa e que não revela de modo imediato (BARBOSA, 2006).

Portanto, esse projeto de pesquisa visa desenvolver a pesquisa em três momentos articulados: pesquisa documental, bibliográfica e empírica. A pesquisa se encontra em desenvolvimento.

A investigação bibliográfica inicial de cunho interpretativo, crítico, analítico procuramos compreender a diversidade de pesquisas que se pautam na discussão acerca das práticas pedagógicas com crianças de zero a três anos de idade na educação infantil. A etapa empírica, se encontra também em andamento onde foi selecionado uma instituição de Educação Infantil de um município do Estado de Goiás, com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos com as professoras regentes na Educação Infantil, na tentativa de analisar e compreender de que forma as concepções estão postas no Planejamento e como se dá na prática pedagógica das professoras, objetivando assim “apoderar-se da matéria em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento, e de perquirir a conexão íntima que há entre elas” (MARX, 1985, p. 28).

Numa perspectiva dialética buscaremos compreender o fenômeno estudado a partir das suas multideterminações, sociais, históricas e políticas, e de categorias que explicam o objeto na sua essencialidade, levando em conta seus contextos histórico, social, cultural e suas múltiplas determinações. Para isso, assumimos uma pesquisa de abordagem qualitativa, com o uso de instrumentos de coleta de dados: questionários, entrevistas, registros de observação, fotos, filmagem, isto é, um percurso metodológico que possibilita a construção dos dados e análises da pesquisa.

Resultados parciais da pesquisa

Iniciamos nossa pesquisa em três frentes importantes pesquisa empírica, bibliográfica e documental.

A etapa empírica que se iniciou em agosto de 2022. Realizamos a primeira visita no dia 13/05/2022 em um auditório com toda as professoras, coordenadoras e diretoras que atuavam na Educação Infantil (primeira etapa da Educação Básica). Neste dia foi realizado uma Palestra ministrada pela Dra. Professora Ivone Garcia Barbosa e a Dr.^a Professora Telma Aparecida Teles Martins Silveira, onde abordaram Concepções da Educação Infantil, criança, infância, professora, família.

Após a palestra houve uma reunião com a Secretaria de Educação para organização e efetivação da proposição do Questionário a ser preenchido pelas professoras, coordenadoras e diretoras das instituições educacionais. Na proposição explicamos o princípio da pesquisa e entregamos os termos de consentimento livre e esclarecido.

A segunda visita a campo aconteceu em 16/08/2022, contou com a presença da secretária de educação, chefes de assessoria e diretoras (todas foram convidadas, porém tivemos a presença de duas). Na ocasião dialogamos sobre concepções, identidade docente, formação dos professores, rotina (horários), cotidiano (o que se faz na Educação Infantil?), compreensão dos documentos norteadores da Educação Infantil, organização do calendário para a formação dos profissionais da educação. Em nossa visita alguns dados foram levantados: a quantidade de instituições educacionais que o município possui, sendo sete instituições educacionais de Educação Infantil, uma creche, cinco Cmei e 1 escola, desses, seis ficam na área urbana e um Cmei na área rural. Nesta visita recebemos a devolutiva dos Questionários respondidos pelas professoras, coordenadoras e diretoras das 7 instituições educacionais. Até a presente data, estamos tabulando as informações contidas nos questionários foram reorganizados no Google Forms para a geração de gráficos e a melhor sistematização dos dados coletados.

Iniciamos o levantamento bibliográfico com o intento de construir o aporte teórico que apoiará a pesquisa, bem como auxiliará no mapeamento da produção do conhecimento já construído acerca do objeto de pesquisa. Buscamos no banco de teses e dissertações no CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), nos últimos 10 anos, os trabalhos que contém em seu título as palavras-chave: prática pedagógica, educação infantil, creche. Essa etapa encontra-se em andamento. A partir deste, faremos a coleta dos trabalhos que abordam o tema de forma a contribuir com a pesquisa.

Importante mencionar ainda que levantamos como referencial teórico da pesquisa, autores que dialogam a partir da abordagem do Materialismo Histórico Dialético de Karl Marx (1998; 2004; 2011). Na discussão referente ao trabalho na creche e a identidade

docente, destaca-se : Campos (1999), no que se refere a Educação Infantil; Formação de professores; Práticas pedagógicas; Infâncias; Crianças, temos os autores Ana Beatriz Cerisara (1999; 2000); Ivone Barbosa (1997); Telma Silveira (2007; 2015; 2019); Barbosa, Alves, Martins (2008); Barbosa, Silveira (2021), Moysés Kuhlmann Jr. (1998; 2000); Paulo Freire (1992; 2020); Vigotski (2003; 2013); Wallon (1975; 1986), dentre outros que se fizerem necessários à pesquisa.

Considerações

Por todo contexto histórico da Educação Infantil percebe-se que ainda estão presentes desafios antigos e diários no cotidiano das instituições, ainda é possível observarmos práticas pedagógicas com a prevalência de abordagens ora assistencialistas ou escolarizantes, que muitas vezes são superadas no discurso dos professores e gestores, mas que ainda estão vivas na prática. Portanto, investigar este campo de atuação a partir das problemáticas levantadas, contribuirá com a área das pesquisas na Educação Infantil, suscitando a construção de novos conhecimentos e olhares acerca da prática pedagógica com crianças de 0 a 3 anos de idade, especialmente no que se refere ao planejamento de trabalho do(a) professor(a),

Devemos ter a clareza das limitações e dos desafios históricos que se apresentam, equívocos socialmente construídos, sendo naturalizados socialmente referente ao trabalho desenvolvido nas instituições educacionais. Podemos considerar que são ainda atuais os avanços acerca da legitimidade da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica e sua importância no processo de desenvolvimento integral das crianças, bem como a valorização dos profissionais que atuam nesta área educacional.

Referências

BARBOSA, I. G. **Formação de conceitos na pré-escola**: uma versão sócio- histórico dialética. Tese (doutorado em Educação) - Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

BARBOSA, I. G; ALVES, Nancy Nonato de Lima; MARTINS, Telma Aparecida Teles. **Infância e Cidadania: ambiguidades e contradições na Educação Infantil**. **31ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu-MG, 2008. (Publicação eletrônica).

BARBOSA, I. G; SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins; SOARES, Marcos Antônio. **Infância, educação e trabalho**: relações contraditórias na vida da criança no contexto capitalista. *Revista Polyphonia*, v. 32/2, jul./dez. 2021. 39 - 59.

CAMPOS, M. M. A Formação de professores para crianças de 0 a 10 anos: modelos em debate. **Educação & Sociedade**, v.20, n.68, p.126-142, dez. 1999. (Número especial: Formação de profissionais da educação: políticas e tendências.).

CERISARA, A. B. A produção acadêmica na área da Educação Infantil a partir da análise de pareceres sobre o Referencial Nacional da Educação Infantil: primeiras aproximações. In: FARIA, A. L. G.; PALHARES, M. S. (Orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. Campinas: Autores Associados, 1999.

CERISARA, A. B. A Educação Infantil e as implicações pedagógicas do modelo historicocultural. In: **Cadernos Cedes**, ano XX, nº 35, Julho/2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Notas: Ana Maria Araújo Freire. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Partir da Infância: diálogos sobre educação** / Paulo Freire, Sérgio Guimarães. São Paulo: Paz e Terra - 2ª Edição, 2020.

KUHLMANN, JR., Moysés. **Infâncias e Educação Infantil no Brasil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre - RS: Mediação, 1998.

KUHLMANN, JR., Moysés. Histórias da Educação Infantil Brasileira. **Revista de Educação Brasileira**. Rio de Janeiro: ANPED, maio/jun./jul./ago. 2000, n. 14, p. 05-18.

MARX, Karl. (1818-1883). **A Ideologia Alemã** (Introdução de Jacob Gorender). Tradução Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (clássicos).

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução Jesus Raniere. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política: Livro I, Volume I: o processo de produção do capital**. Tradução de Reginaldo Sant'Ana – 28. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins. **A educação infantil no curso de pedagogia da FE/UFG sob a perspectiva discente**. 2007. 287 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

SILVEIRA, Telma Aparecida Teles Martins. **Práticas Pedagógicas na educação de crianças de zero a três anos de idade** [manuscrito]: concepções acadêmicas e de profissionais da educação. Tese - 2015.

VIGOTSKI, Lev. S. A psicologia e a pedagogia da atenção. In: VIGOTSKI, L. S. **Psicologia Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2003. (Edição comentada por Guillermo Blank).

WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

WALLON, Henri. **As origens do pensamento na criança**. Trad. Dores Sanches Pinheiros e Fernanda Alves Braga. São Paulo: Manole, 1986.

O CONFLITO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA COMO PANORAMA DIALÓGICO NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS PELA PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA

Karolynne Marques Ferreira, IFG, krlmarques32@gmail.com

<https://lattes.cnpq.br/2212289973193088>

Alessandro Silva de Oliveira, IFG, alessandro.oliveira@ifg.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/4941846572922120>

Palavras chave: Rússia e Ucrânia; Formação de professores; Química nuclear; Pedagogia Histórico-Crítica

As doenças, vírus, mortes, fome e outras inseguridades sociais das mais diversas têm assolado o mundo nos últimos anos. Desde fevereiro de 2022, sites de notícias mundiais vêm apresentando o conflito de guerra no Leste Europeu entre Rússia e Ucrânia. O conflito armado foi noticiado em 24 de fevereiro de 2022 e preocupou o planeta, pois devido a globalização, um conflito dessa magnitude pode acarretar diversas consequências para muitos países do Globo. Ao fazermos uma retrospectiva histórica até o momento do primeiro ataque russo à Ucrânia em fevereiro de 2022, percebemos que a situação entre Rússia x Ucrânia é um conflito de muitas nuances, permitindo vários recortes, dentre eles, a questão nuclear, que por sua vez, pode ser analisada sob várias perspectivas.

É impossível negar que o envolvimento da Rússia em uma guerra não ascende preocupações acerca de um possível conflito nuclear. Os soviéticos foram um dos principais protagonistas na Guerra Fria, cujos resultados englobaram o desenvolvimento de novas tecnologias bélicas devido a corrida armamentista; dentre eles, o crescimento no número de armas nucleares. Além disso, a Rússia é uma das cinco grandes potências que possui, de forma legítima, a posse de armas nucleares e que continua apostando em programas de armamento (ZHEBIT, 2008). Segundo Dellagnezze (2022) a Rússia é herdeira do acervo nuclear da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e sua posse de armas nucleares é legítima de acordo com o Tratado de Não-Proliferação Nuclear. A Ucrânia também possui seu estigma no que tange a este tópico, visto que o maior desastre do século XX ocorreu em seu território, na usina nuclear de Chernobyl.

Considerando a *problemática* de que professores de Ciências Naturais (química, física e biologia) geralmente apresentam os conceitos em sala de aula descontextualizados de questões histórico-crítica e, considerando a química nuclear, uma das subdivisões da grande área da química, consideramos o cenário atual como uma possibilidade de abordagem deste tópico, uma vez que o conflito entre Rússia e Ucrânia nos permite traçar relações atuais e históricas com a questão nuclear, podendo assim, ser este um forte e rico panorama contextualizador.

A química nuclear consiste no estudo das reações nucleares com ênfase no em seus usos e efeitos nos sistemas biológicos. É importante ressaltar que as reações nucleares envolvem uma série de outros conceitos como equações nucleares, estabilidade nuclear, transmutação nuclear, decaimento, fissão e fusão nuclear, radiação, etc. O uso de energia nuclear para a geração de energia e o descarte de resíduos nucleares produzidos pelas usinas, bem como as preocupações em relação ao armamento nuclear, são questões controversas do ponto de vista político e social. Logo, é indispensável que a sociedade como um todo, sendo afetada por essas questões, tenha algum conhecimento sobre as reações nucleares e os usos de substâncias radioativas (BROWN et al, 2005).

A prática docente no interior da sala de aula é reflexo de muitos fatores, dentre eles, a formação acadêmica pela qual o professor teve contato (MARTINS, 2013). No que se refere as ciências naturais, o educador desta área tem sido desafiado historicamente a tornar tangível aos alunos, a linguagem científica das teorias, através de recursos e/ou metodologias que possam favorecer tal prática (LIMA; VASCONCELOS, 2006). Conforme Jesus, Lacks e Araújo (2014), o campo das ciências exatas e da natureza tem sido marcado pela difusão da cultura científica e técnicas dominantes conservadoras. Ainda segundo os autores, isso pode ser resultado de pouca incidência de pesquisas na área de formação de professores de ciências da natureza que assumam referenciais de tendência crítica.

A discussão sobre formação de professores de ciências tendo como referencial propostas pedagógicas críticas, ou seja, aquelas que consideram a educação como uma prática social transformadora, faz-se necessário uma vez que a predominância de métodos tradicionais nos processos educativos acarreta em uma dificuldade de percepção da ciência no cotidiano, e provavelmente, isso pode resultar em um processo educacional pouco relevante na formação social e humana dos indivíduos.

Os conteúdos científicos e o mundo real são apresentados de forma totalmente desconexa, sem discussões sobre os processos de construção do conhecimento (MARQUES et al, 2008). Os estudantes não conseguem atribuir importância ou significado sobre o que

estudam, visto que os conteúdos são trabalhados de maneira descontextualizada, e assim não despertam o interesse e a motivação dos estudantes. Faz-se necessário a discussão de práticas pedagógicas que valorizem o aluno, suas experiências, e que promova aos estudantes uma visão ampla sobre a relação entre ciência e sociedade.

Tais dificuldades relacionadas a falta de contextualização de conteúdos estendem-se para a área nuclear. Azevedo e Silva (2012) realizaram uma pesquisa com 80 alunos do 3º ano do ensino médio aplicando questionários de sondagem sobre os conhecimentos em química nuclear dos alunos e verificaram a ausência de conhecimentos sobre as aplicações da química nuclear, não conseguiram apontar benefícios relacionados a essa temática, não tinham conhecimento sobre tragédias relacionadas a acidentes nucleares e alguns fatos como o acidente ocorrido em Goiânia e a existência de usina nuclear no Brasil não foram destacados pelos alunos. Os autores complementam que os contextos históricos sobre a química nuclear raramente são abordados no ensino médio, prevalecendo a reprodução de conteúdo direcionados a exigência de vestibulares e pouco aplicáveis ao dia a dia dos alunos.

É importante que o aluno não saiba apenas conceitos químicos ou físicos relacionados à química nuclear, mas também compreenda o percurso histórico dessa área, avanços e limitações, conseguindo refletir sobre a influência dela em seu presente. É relevante que nosso estudante consiga partir de um contexto maior e chegar a um raciocínio pontual sobre sua realidade, sobre seu cotidiano, ou vice-versa.

Dentre as tendências pedagógicas que buscam promover um processo educativo crítico, encontra-se a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), proposta por Dermeval Saviani no livro *Escola e Democracia* (2008), que valoriza o saber sistematizado como forma de compreensão da realidade. Além dos elementos pedagógicos dessa concepção, a mesma possui um objetivo social: visa que o conhecimento seja difundido de forma mais democrática, acessível, e assim, empodere as classes mais populares com o conhecimento científico, de forma que suas realidades possam ser transformadas. Nesse contexto, torna-se interessante trabalhar as ciências naturais com uma teoria que visa além de instrumentalizar o aluno com o conteúdo científico, a transformação social.

Saviani (2008) propõe cinco passos que vão de encontro com os objetivos da PHC, vinculando educação e sociedade e também, considerando professor e aluno como agentes sociais. Estes passos consistem em: a) Prática inicial do conteúdo; b) Problematização; c) Instrumentalização; d) Catarse e e) Prática social final do conteúdo. Essa proposta parte e retorna a prática social, no entanto, destaca Saviani (2008), que professor e alunos são

transformados durante o processo à medida que saem de um conhecimento sincrético para elaborações sintéticas.

Considerando a *hipótese* de que a PHC na formação de professores de ciências pode contribuir para a materialização de práticas sociais do conteúdo, esta pesquisa tem como *objetivo geral*, analisar o processo formativo de professores pela PHC contextualizada no conflito entre Rússia e Ucrânia. Como *objetivos específicos* temos: a) Contribuir com a formação de professores da rede pública através da PHC; b) Construção de um material teórico de apoio com elementos principais do conflito Rússia e Ucrânia com foco na questão nuclear como auxílio para o público alvo participante c) Analisar como a apropriação da PHC na formação de professores contribui para a materialização de práticas sociais do conteúdo.

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa do tipo estudo de caso. Esse tipo de pesquisa propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações (GIL, 1999). Visando o alcance dos objetivos propostos, a materialização da proposta será realizada por meio de encontros formativos quinzenais com os professores da rede pública, que serão dialogados e gravados pela plataforma google meet. Posteriormente será analisado a influência ou não da PHC nas práticas dos professores a partir das atividades propostas.

De acordo com Ludke e André (1986, p.18) “o estudo qualitativo é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. Por sua vez, o estudo de caso possui três fases: *fase exploratória* que corresponde a definição do caso, confirmação de questões iniciais, estabelecimento de contatos, localização sujeitos, definição instrumentos e procedimentos; *coleta de dados* onde ocorre a utilização de fontes variadas e instrumentos e a *análise e interpretação sistemática dos dados*, que consiste na organização do material coletado, leitura e releitura do material e a descrição e categorização dos dados (NISBET; WATT, 1978; LUDKE; ANDRÉ, 1986).

A etapa de coleta de dados será realizada através de observação e entrevistas semiestruturadas, que seguem um roteiro, porém a entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada (MARKONI; LAKATOS, 2003). Por sua vez, a análise dos dados será feita através da análise de conteúdo, que constitui-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que se dá através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo de mensagens, e que pode se aplicar a “discursos” extremamente diversificados (BARDIN, 2011). Bardin (2011) assinala três etapas básicas da análise de conteúdo: *pré-análise*, que consiste na organização do material com a

escolha de documentos, formulação de hipóteses e elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final; *exploração do material* onde ocorre estudo aprofundado do material da pré-análise e *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*, que corresponde ao tratamento dos resultados brutos de forma a torná-los significativos e válidos para então, o pesquisador poder fazer inferências e interpretações.

Esta pesquisa atualmente se encontra na fase exploratória do estudo de caso, com foco no planejamento dos encontros formativos, escolha dos professores participantes e professores convidados para momentos de debate e definição de obras a serem trabalhadas, além de constante pesquisa bibliográfica para a construção do referencial teórico deste projeto. Até o momento, os encontros formativos foram idealizados da seguinte forma: Encontros iniciais destinados a debates e discussões acerca da PHC, visando que os professores participantes se apropriem das ideias básicas desta pedagogia para a atividade que será proposta nos encontros seguintes. Posteriormente, será sugerido ao público alvo o planejamento e apresentação durante os encontros, de aulas planejadas considerando o cenário entre Rússia e Ucrânia como elemento contextualizador para abordagem do tópico química nuclear.

Quando optamos pelo contexto da guerra entre Rússia e Ucrânia pensando em disciplinas da área de exatas, queremos demonstrar a possibilidade de diversificação no processo de ensino, da união de vários elementos que podem ser ligados pela proposta de uma concepção pedagógica, nesse caso, a PHC. A PHC vai muito além de uma metodologia para a sala de aula, sua escolha inicial dá-se devido a sua proposta do ponto de vista social, como uma proposta que se coloca na ótica dos dominados, para que os interesses da classe dominante possam ser visualizados nas teorias hegemônicas e articulados em prol da classe trabalhadora. Nesse sentido, ao assumir um processo educativo fundamentado na PHC, pretendemos contribuir para a promoção de um processo educativo crítico, no qual os alunos sejam ativos na construção de seu conhecimento, observem, façam conexões e problematizem a realidade em que vivem.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, A. L. O.; SILVA, K. S. . Incentivo ao estudo e ensino da química nuclear no ensino médio. In: **VII Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação - CONNEPI**, 2012, Palmas. VII CONNEPI, 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BROWN, T. L.; LEMEY Jr, H. E.; BURTEN, B.E. e BURDGE, J. R. **Química: a ciência central**. 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005
- DE JESUS, S. M. S. A.; LACKS, S.; ARAÚJO, M. G. B. Problemas da pesquisa na pós-graduação em educação: questões colocadas a partir da epistemologia materialista histórico-dialética. In: CUNHA, C.; SOUZA, J. V.; SILVA, M. A. (Eds.). **O método dialético na pesquisa da em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.
- DELLAGNEZZE, R. **O conflito Rússia e a Ucrânia**. São Paulo, SP: Ed.do.Autor, 2022. 79p.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- LIMA, K. E. C.; VASCONCELOS, S. D. Análise da metodologia de ensino de ciências nas escolas da rede municipal de Recife. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n.52, p. 397-412, 2006.
- LUDKE, M; ANDRÉ.M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU;1986.
- MARCONI, M.A; LAKATOS, E.M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MARQUES, A. L. et al. A importância de aulas práticas no ensino de química para melhor compreensão e abstração de conceitos químicos. **XIV Encontro Nacional de Ensino de Química (XIV ENEQ) UFPR** 2008.
- MARTINS, Lígia M. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica**. Campinas: Autores Associados, 2013.
- MEDEIROS, M.A; LOBATO, A.C. Contextualizando a abordagem de radiações no ensino de química, **Rev. Ensaio**, v.12, n.03, p.65-84, set-dez, 2010
- NISBET, J. ; WATT, J. **Case study: readguide 26 – guides in educational research**. Nottingham: Univ. of Nottingham School of Education, 1978
- SAVIANI, D. **Escola e democracia**. – Campinas, SP: Autores associados, 2008.
- ZHEBIT, A. Proliferação nuclear no pós guerra fria. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/ n. 3, p. 113-142, 2008.

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DOCENTE EM PEDAGOGIA NO ESTADO DE GOIÁS

Lucas Batista Rodrigues da COSTA¹
Cláudia Helena dos Santos ARAÚJO²

PALAVRAS-CHAVE: Formação docente; Currículo; Tecnologias; Pedagogia.

INTRODUÇÃO

O tema da relação entre educação e tecnologias requer uma análise dialética da totalidade nos processos de formação humana, em específico a formação do pedagogo, por meio das bases epistemológicas que buscam compreender as questões da técnica e da tecnologia presentes ou ocultas no currículo do Curso de Pedagogia. Conforme disposto na Resolução do CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, que determina as diretrizes do curso de Pedagogia, o pedagogo deverá estar apto a: “relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação” (BRASIL, 2006). Compreende-se que esses aspectos devem estar vinculados ao currículo de formação docente.

Sobre o currículo da formação, Sacristán (2013, p. 23) argumenta que “também é preciso explicitar, explicar e justificar as opções que são tomadas e o que nos é imposto; ou seja, devemos avaliar o sentido do que se faz e o para o que fazemos”. O currículo não se limita a uma descrição de ações e regulamentações que estruturam e materializam os processos de formação, antes ele se caracteriza como artefato social e cultural guarnecido de intencionalidade e objetividade.

O impacto dessa concepção no plano da prática corrobora a compreensão e percepção da tecnologia como algo estranho à atividade humana. Feenberg (2001), Pinto (2005) e Marcurse (1973) compreendem que o processo de modernização, desenvolvimento social e avanço do aprimoramento das tecnologias está atrelado a uma racionalidade tecnológica, típico das sociedades industriais. A racionalidade tecnológica, oriunda da ação do trabalho,

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: lubaroc@ufg.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3956208794217845>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7957-807X>

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. E-mail: helena.claudia@ifg.edu.br.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8571856189474847>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2453-4456>

opera na atualidade como ideologia necessária para dominação e controle das forças produtivas.

Peixoto (2015, p. 320) nos diz que: “[...] a relação das tecnologias com a educação é uma questão de ordem epistemológica, e não técnica ou instrumental.” Nesse sentido, não basta saber “como fazer”, garantir a aprendizagem técnica e incluir aparatos tecnológicos nas escolas, objetivando que esses objetos, por si só, serão capazes de promover o progresso nos processos de ensino e aprendizagem e elevar a qualidade da educação. A problemática em questão requer uma revisão da própria noção de tecnologia no âmbito da produção do conhecimento.

Com base nas conjecturas apresentadas, esta investigação delimita a seguinte questão: como ocorrem os processos formativos relacionados a temática das tecnologias na educação nos currículos de formação docente dos cursos de Pedagogia nas instituições de ensino superior do Estado de Goiás? O questionamento tem como objetivo principal conhecer e compreender os processos formativos relacionados às tecnologias e educação no curso de Pedagogia das instituições públicas de ensino superior do Estado de Goiás.

Para alcançar a proposta, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Mapear e analisar os documentos curriculares das instituições de ensino superior, junto à legislação vigente, com foco na temática das tecnologias e em sua relação com a educação; 2) Identificar as fundamentações teórico-epistemológicas dos cursos de formação em Pedagogia, relacionando com a teoria crítica sobre as tecnologias na educação; 3) Produzir elementos teóricos que possibilitem conhecer a formação de professores pedagogos em Goiás e sua profissionalização docente para a abordagem das tecnologias na educação.

Sendo assim, a análise dos currículos de formação docente se faz necessária, sobretudo para avaliar a relação das propostas curriculares com a legislação vigente, levantar possíveis lacunas existentes e identificar as concepções teórico-metodológicas que fundamentam a formação do pedagogo. Importa, portanto, tornar evidente a dialética entre a formação docente e as tecnologias, captar as contradições existentes e com vistas a superá-las para a construção de uma práxis pedagógica que considere o trabalho do professor como atividade criadora e transformadora da realidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se apoia no Materialismo Histórico-Dialético enquanto método de investigação e conhecimento da realidade objetiva. Compreende-se, portanto, que verdade e a

construção do conhecimento humano passam do campo subjetivo para o objetivo, onde a lógica dialética é antes um meio para o conhecimento do real, apoiada na análise crítica do objeto que está atrelado a uma materialidade factual (KOPNIN, 1978). Nesse sentido, parte-se das seguintes categorias de análise *a priori* para compreensão do objeto de estudo em questão: currículo, formação docente e racionalidade tecnológica.

A princípio, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática que envolve a relação entre educação e tecnologias nos bancos de dados digitais do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a partir dos seguintes descritores de busca: “formação docente”; “tecnologias”; “pedagogia”; “currículo”. A escolha dos descritores se deve a relação com a temática de pesquisa. A seleção dos trabalhos corresponde às produções publicadas no período de 2015 a 2022; recorte temporal estabelecido sob o critério de conhecer a produção acadêmica mais recente sobre a temática em questão.

Também foram identificados documentos, nos âmbitos nacional, regional e institucional que se relacionam com o tema de investigação. Tais documentos se referem à legislação vigente na atualidade, resoluções, portarias, diretrizes, planos e projetos que tratam da presença das tecnologias na educação. Para a análise documental, será necessário o emprego de fichas de leitura que possibilitem a obtenção de dados necessários para a construção lógica da pesquisa (GIL, 2002).

No que se refere à pesquisa de campo, o lócus de investigação abrange as seis instituições públicas de ensino superior e seus respectivos campus: Universidade Estadual de Goiás (Anápolis); Universidade Federal de Goiás (Goiânia); Universidade Federal de Catalão (Catalão); Universidade Federal de Jataí (Jataí), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (Goiânia Oeste); Instituto Federal Goiano (Morrinhos).

Identificamos a existência de quarenta e quatro programas de formação de professores em Pedagogia no território goiano. Foram estabelecidos os seguintes critérios para delimitação do lócus da pesquisa: unidades acadêmicas localizadas geograficamente na capital goiana e nos grandes centros urbanos do Estado; 2) cursos de Pedagogia ofertados na modalidade presencial; 3) cursos ofertados em língua portuguesa.

Para a coleta de dados, pretende-se ainda, recorrer à entrevista semi-estruturada, bem como do questionário on-line. Esses instrumentos serão utilizados mediante mapeamento prévio dos sujeitos que espera-se estar envolvidos na pesquisa: coordenadores e professores. Os coordenadores dos referidos programas de graduação serão entrevistados, com o objetivo de “[...] apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam”

(SEVERINO, 2013, p. 108), sobre a relação da formação docente e as tecnologias na educação. Do mesmo modo, os professores que ministram os componentes curriculares sobre a referida temática serão convidados a responder um questionário on-line via *Google Forms*.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No processo de busca realizado nos bancos digitais do Portal de Periódicos da CAPES e BDTD, entre os anos de 2015 a março de 2022, foram encontrados 11 artigos acadêmicos, 7 dissertações de mestrado e 3 teses de doutorado que se relacionam com a questão da educação e tecnologias. O quadro 1 mostra o quantitativo dos trabalhos identificados, bem como a classificação das 21 produções acadêmicas que formam o *corpus* desta análise:

Quadro 1: Distribuição quantitativa das temáticas por trabalhos.

TEMÁTICAS	QUANTIDADE DE TRABALHOS		
	Artigos	Dissertações	Teses
Usos das tecnologias em sala de aula	6	3	-
Formação docente	3	2	2
Práticas pedagógicas e tecnologias	2	-	1
Currículo de formação docente	-	2	-
Quantitativo	11	7	3
TOTAL GERAL	21 trabalhos		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A revisão bibliográfica realizada mostra que a temática de investigação dos usos das tecnologias na educação esteve em maior evidência nos últimos 7 anos. No período de 1997 a 2007 esta tendência foi identificada por Araújo (2008) em um Estado da Arte e evidencia a questão dos usos dos computadores na sala de aula como tema de pesquisa. De acordo com a autora, a incidência de trabalhos acadêmicos a partir da temática anteriormente mencionada “[...] faz surgir novas questões para pesquisa e para reflexão, como se o computador melhora, piora ou não altera os processos de ensino e aprendizagem, dentre tantas outras” (ARAÚJO, 2008, p. 76). É preciso considerar que a temática em questão pode revelar interpretações da tecnologia, situada na centralidade do trabalho didático-pedagógico, que tentam atribuir aos artefatos tecnológicos o papel primordial no processo de mediação pedagógica (PEIXOTO, 2021).

Quando abordamos a relação entre educação e tecnologias é preciso observar que os objetos técnicos inseridos nos espaços educacionais de ensino e aprendizagem não se configuram como aparatos autônomos no processo de mediação pedagógica. De acordo com

Peixoto (2015, p. 319), no que refere aos meios de comunicação e informação eletetrônicos, por exemplo, estes “[...] possuem como característica fundamental o fato de permitirem a transmissão de elementos de ordem abstrata ou simbólica”; e, ainda, “[...] são constituídos das características técnicas próprias dos artefatos materiais e também de um amplo papel na esfera simbólica e social”.

Não obstante, Marcurse (1973), Feenberg (2001) e Pinto (2005) revelam que no modo de produção capitalista impera a dimensão tecnocêntrica da tecnologia, o que corrobora a difusão de uma lógica de compreensão determinista e instrumentalista das tecnologias. Isso coloca em segundo plano o processo de mediação pedagógica, denotando uma racionalidade tecnológica que opera de maneira ideológica e influencia nas relações sociais de produção e, simultaneamente, no processo de formação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É sobre a natureza proposital do currículo que reside a razão e a capacidade humana de projetar, no plano do pensamento, as objetivações das práticas de formação docente. Todavia, é preciso salientar que a racionalidade moderna está vinculada a uma perspectiva tecnocentrada, isto é, que valoriza a atividade técnica e, em consequência, uma fragmentação da práxis. O interesse recorrente sobre a temática dos usos das tecnologias em sala de aula, identificado na revisão bibliográfica inicial, aponta para um dado importante: a relevância do “saber fazer” que circunda a prática pedagógica.

Importa, portanto, aprofundar as investigações sobre a relação entre formação docente e as tecnologias nos cursos de Pedagogia nas instituições públicas de ensino do Estado de Goiás, buscando no arcabouço teórico existente, na análise documental, nas entrevistas e questionários que serão realizados na pesquisa de campo, elementos que possibilitem compreender a essência do objeto de estudo desta pesquisa. Espera-se que os resultados encontrados contribuam para a reflexão crítica do papel da escola, do professor e das tecnologias na sala de aula, de modo que se consolidem em ações práticas no âmbito da educação.

REFERÊNCIAS:

ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. **Discursos pedagógicos sobre os usos do computador na Educação Escolar (1997-2007)**. 2008. 178f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2008.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno. Brasília, 2006.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014.

FEENBERG, Andrew. **Questioning technology**. 3. ed. London: Routledge, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KOPNIN, P. V. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Trad. Giasone Rebuá, 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

PEIXOTO, Joana. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos: uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, n. 61, abr.-jun. 2015.

PEIXOTO, Joana. Tecnologias na mediação do trabalho pedagógico: uma nova perspectiva didática? **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 27, n. 59, p. 39-60, jan./abr. 2021.

PINTO, Álvaro Vieira. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e Incertezas do Currículo**. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

A ABORDAGEM DAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURSO DE PEDAGOGIA DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO ESTADO DE GOIÁS

Matheus de Oliveira FAGUNDES¹, Cláudia Helena dos Santos ARAÚJO²

Palavras-chave: Educação; Formação Docente; Educação Infantil; Tecnologias

Introdução

Este trabalho tem como tema central o uso de tecnologias no campo da educação. O foco do trabalho, por sua vez, recai em sua utilização para a educação infantil com pedagogos em formação. Tendo em vista instituições públicas de ensino no estado de Goiás, propõe-se compreender como ocorre a abordagem tecnológica na formação docente por meio dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) de seis cursos selecionados nas etapas metodológicas do trabalho. Espera-se proporcionar reflexões acerca do PPC's dos cursos de Pedagogia e sobre o papel das tecnologias.

Diante do exposto, apresentamos a pergunta de pesquisa: *Como se caracteriza a abordagem acerca das tecnologias na educação infantil nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Pedagogia no Estado de Goiás?* A problemática em quadro foi identificada a partir da revisão bibliográfica realizada no interstício de 2006 a 2022, que aponta para a necessidade de pesquisa sobre as abordagens das tecnologias na formação inicial de pedagogos na Educação Infantil. Desse modo, tem-se como objetivo geral analisar a abordagem acerca das tecnologias na formação inicial docente em educação infantil na instituições públicas de ensino superior do Estado de Goiás. A partir dele, desenvolvemos os objetivos específicos: a) proporcionar reflexão acerca dos projetos pedagógicos dos cursos de Pedagogia e o papel das tecnologias; b) relacionar a questão do currículo, educação infantil e tecnologias na formação inicial no curso de Pedagogia; e c) apontar o alinhamento ideológico acerca da abordagem das tecnologias no projeto pedagógico do cursos previamente selecionados das instituições públicas de Goiás.

Acerca da formação docente, problematizamos a respeito da estruturação curricular e de como ela se relaciona com as mudanças da sociedade. Sob uma perspectiva de estruturação curricular, Gatti (2010) esclarece que, ao direcionarmos nossos olhares para questões de inovações, as licenciaturas em Pedagogia esbarram, ainda, em representações tradicionalistas ligadas a uma ideologia política neoliberal.

¹Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFG – Campus Goiânia, e-mail: eng.fagundes0@gmail.com, lattes: <http://lattes.cnpq.br/5352923190879247>

²Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFG – Campus Goiânia, e-mail: helena.claudia@ifg.edu.br, lattes: <http://lattes.cnpq.br/8571856189474847>

Para Nascimento (2019), os recursos tecnológicos têm sido usados de forma técnica e expositiva, em detrimento de formas críticas, assumindo o papel de instrumentalização no processo formativo, refletindo na necessidade de estudar acerca da formação docente (GATTI, 2010) e distanciar-se de um papel determinista das tecnologias na educação. Podemos observar esse determinismo, em relação às tecnologias, a partir da análise das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Pedagogia, em que a formação inicial prepara o docente para “o exercício da docência na Educação Infantil” e, simultaneamente, para o “domínio das tecnologias” (BRASIL, 2006, p.11). Essa proposição nos permite interpretar que o domínio das tecnologias, pelo docente, estaria diretamente ligada à solução para a educação. De forma complementar, Peixoto e Araújo (2012) propõem refletir sobre a fetichização das tecnologias, em que atribui-se um fator determinante para mudanças na sociedade.

A partir desse apontamento feito por Peixoto e Araújo (2012), podemos inferir que as tecnologias não devem ser usadas a qualquer custo, mas acompanhadas de possibilidades explicativas críticas, que questione as mentalidades, cultura, as formas institucionais. Corroborando Freire (1981), a criticidade precisa estar acompanhada de apontamentos, não devemos nos resumir ao campo das ideias, ou seja, para além da criticidade, é preciso indicar os caminhos a ser trilhados.

Faz-se necessário que busquemos o entendimento sobre distintas práticas educativas a respeito da formação docente voltada para a educação infantil, através de enfoques pedagógicos e de estratégias que utilizam as tecnologias para fins libertadores e que corroborem com a emancipação dos sujeitos educativos (OROFINO, 2002). Considerando as mudanças na sociedade, o papel assumido pelas tecnologias, o fetiche a qual lhe foi atribuído apontado por Peixoto e Araújo (2012), determinado por práticas pedagógicas, ligadas a uma ideologia política neoliberal, justifica-se, portanto, iniciar a discussão acerca da tecnologia na educação infantil na formação docente, por meio da reflexão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos selecionados, tentando demarcar elementos que auxiliem na construção da consciência crítica. Entende-se então a revelância do objetivo proposto, devido ao fato do estágio que se encontram os estudos sobre educação e tecnologias, voltado para formação docente em educação infantil. Os estudos, acerca da temática ainda encontra-se em estágio inicial e com características tecnicistas, permanecendo com conclusões genéricas, de modo ainda não compreender as especificidades e complexidade que se exige a temática.

Sobre a formação docente, entendemos que ela ocorre de forma ampla, (PIMENTA, 2017), em que o licenciando nos cursos ofertados em faculdades de Educação, recebe formação no âmbito de disciplinas pedagógicas, sendo disponibilizado pouco tempo para se aprofundar

nas especificidades que se exige da formação (BARBOSA; CANCIAN; WESHENFELDER, 2018), e distantes da realidade da Educação Infantil. A educação infantil possui particularidades como, a necessidade de um “unidocente” (BARBOSA; CANCIAN; WESHENFELDER, 2018), que une a parte pedagógica com o cuidado. Ressaltamos a necessidade também em entender o cunho ideológico envolvido nessa formação e como ocorre a abordagem das tecnologias, a partir das relações sociais.

Metodologia

Com base em Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite desenvolver a fundamentação teórica da pesquisa, identificando qual o estágio atual do tema abordado. Viabiliza a análise acerca desse assunto, levantando hipóteses quanto ao acesso às informações. De forma similar, a pesquisa documental lança mão de dados pré-estabelecidos, que vão de encontro com os documentos que serão apresentados ao longo da construção deste objeto. Complementar a essas tipologias, a pesquisa exploratória proporciona familiaridade com o objeto a ser estudado, propondo soluções, tornando o explícito para construção de novas hipóteses. Para Gil (2002), essa abordagem de pesquisa, exploratória, é elaborada quando ainda há pouca sistematização sobre o assunto a ser explorado, ou até mesmo insuficientes de resposta diante dos problemas apresentados.

Tendo em vista as definições em Gil (2002), essa pesquisa lança mão de livros, teses, dissertações e artigos e se apropria de documentos relevantes para o universo da pesquisa. Sobretudo, essa configuração se apresenta sob a perspectiva do materialismo histórico-dialético. Assim, a construção do objeto da pesquisa se deu a partir da revisão de literatura realizada no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no Google Acadêmico. Inicialmente, utilizamos os descritores: “Educação”, “Educação Infantil”, “Pedagogia”, “Tecnologias”, “Tecnologias Educacionais”, “Formação”, “Formação Inicial”, “Discursos”, “Documentos”, “DCN’S”, “LDB”, “PPC” e “Pedagogia Goiás”. Encontramos 2,860 trabalhos e, a partir desse número, delimitamos a leitura dos resumos e das seções de conclusão. Através do levantamento bibliográfico, da familiarização com o tema e da compreensão das lacunas, elaboramos a hipótese sobre a relação entre educação infantil, a formação inicial e as tecnologias.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica sistemática (GIL, 2002), adotamos como critério a inclusão simultânea dos termos: educação infantil, tecnologias, formação docente. O recorte temporal adotado corresponde ao intervalo entre 2006 – ano de publicação do CNE/CP nº1/2006, que define as diretrizes curriculares nacionais para o curso de pedagogia – a 2022,

ano de início da pesquisa. Em segundo momento, observou-se o alinhamento dessas pesquisas com o universo a qual desejamos investigar.

Além disso, julgou-se necessário incluir a análise de legislações relevantes ao contexto da educação infantil no Brasil. Optamos por considerar: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil (BNCC) e o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 1988; 1990; 1996; 2014), bem como, resoluções e referenciais da Câmara de Educação Básica (CEB) tangentes à formação para atuação na Educação Infantil.

Com base nas análises prévias desses documentos e das pesquisas encontradas na revisão de literatura, partimos para a definição do recorte sobre as instituições públicas com formação em Pedagogia. Selecionamos universidades e institutos que, além de ofertarem o curso, estivessem no estado de Goiás. São elas: em Anápolis, a Universidade Estadual de Goiás; em Goiânia, a Universidade Federal de Goiás, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás – Goiânia Oeste; em Catalão, a Universidade Federal de Catalão; na cidade de Jataí, a Universidade Federal de Jataí; e o Instituto Federal Goiano, na cidade de Morrinhos

Considerações Finais

Por se tratar de uma pesquisa em andamento, apresentamos os dados e resultados obtidos até o presente momento. Em síntese, o resultado da busca inicial na revisão de literatura forneceu fundamentação teórica para o desenvolvimento das discussões e das análises. O materialismo histórico-dialético fornece base teórico-metodológica para a pesquisa, considerando o contexto em que ela se desenvolve. As legislações, por sua vez, complementam o debate e a reflexão sobre a abordagem tecnológica no ensino e na formação para a educação infantil. Nesse ínterim, foi possível delinear como objeto de análise os PPCs dos cursos de Pedagogia nas universidades e institutos mencionados.

Essa pesquisa se divide em três momentos, o primeiro momento se encontra em etapa de conclusão, em que desenvolvemos o levantamento de dados, documentos, trabalhos e seus respectivos fichamentos, através do portal da CAPES, Google Acadêmico e banco de teses e dissertações. O segundo momento compreende a análise dos dados, visando a necessidade de entender como ocorre a abordagem das tecnologias e como esse processo pode influenciar na formação docente na educação infantil. O terceiro momento será a construção da pesquisa a partir dos resultados obtidos. Sobretudo, diante dos resultados obtidos na primeira etapa, identificamos a necessidade de um estudo aprofundado acerca do currículo, devido a análise dos PPCs dos cursos de Pedagogia, para uma melhor compreensão. Há necessidade de

apronfundamento em relação a questão da educação infantil e de suas relações sociais.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

Brasília: Senado Federal, 2000. BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente> Acesso 10 de setembro de 2022.

BRASIL. Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, 25. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/> Acesso em: 15 de setembro de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. BRASIL. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso: 03 de abril de 2022.

BRASIL. Parecer **CNE/CP1/2016** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: MEC, 2016. BRASIL. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf Acesso em: 03 de abril de 2022.

GATTI, Bernardete A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação & Sociedade**, v. 31, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>. Acesso em: 10 de julho de 2022

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEIXOTO, Joana; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Tecnologia e educação: algumas considerações sobre o discurso pedagógico contemporâneo. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 253-268, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000100016>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

KENSKI. V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação**. Campinas: Papirus, 2012.

NASCIMENTO, P. A. S. **Formação de professores para as tecnologias da informação e comunicação nos cursos de licenciatura em Pedagogia da UFG**. 2019. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Jataí, 2019.

OROFINO, Maria Isabel. Educação intercultural, mídia e mediações: aportes das teorias latino-americanas da comunicação e consumo cultural. **Linguagens & Cidadania**, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LeC/article/view/31496>. Acesso em 15 de setembro de 2022

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1981. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/educacao_pratica_liberdade.pdf



Acesso em 10 de julho de 2022



Formação de professores de Português como Língua de Acolhimento e os desafios da pandemia.

Orientanda: Thalia Marques de ANDRADE, IFG - Câmpus Goiânia

Email: thalia.marquesandrade@gmail.com (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0933735012550432>)

Orientadora: Paula Graciano PEREIRA, IFG - Câmpus Goiânia

Email: paula.pereira@ifg.edu.br (Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1074563662681472>)

Palavras-chave: Ensino; PLAc; Tecnologia; Pandemia; Formação do Professor.

Aquisição e Aprendizagem: definições iniciais

A aquisição/aprendizagem de uma língua(gem) é algo natural de todo ser humano em condições normais de nascimento e vida. É através dessa língua que torna-se possível a comunicação com outrem e dessa forma há a construção de ideias, pensamentos e necessidades que regem a vida e ordem da sociedade.

Segundo Jean Piaget, um autor construtivista, “a inteligência humana somente se desenvolve no indivíduo em função de interações sociais [...]” (PIAGET, 1973, p. 314). Piaget afirmou que a inteligência e a linguagem são desenvolvidas nos indivíduos a partir de sua relação com o meio social que o cerca, seja ele família, igreja ou escola. De acordo com Lev Vygotsky, um autor também construtivista

[...] o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. (VYGOTSKY, 1984, p. 101, grifo da autora).

Cada indivíduo ou grupo utiliza a linguagem de uma forma diferente, de modo que suas necessidades comunicacionais sejam supridas e seus desejos atendidos. Temos então a importância de considerar não só o indivíduo mas também o meio histórico, social e cultural em que os sujeitos estão inseridos, pois ele influi diretamente sobre a comunicação e o aprendizado da linguagem em si. E como não há indivíduos que possam ser considerados como “um ser abstrato, ancorado fora do mundo” (MARX, 2010, p.14) é importante que o mediador, desde a sua formação, tenha em mente que quem aprende, assim como quem ensina, não é vazio, uma “tábula rasa”. Como afirma Marx (2010, p. 14) “O homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade”. O indivíduo é o conjunto de conhecimentos, ideologias, crenças e valores que permeiam sua história.

Para que um processo de ensino ocorra de forma a alcançar um sucesso maior e auxilie os alunos não apenas no aprendizado mas também na apropriação da língua e de tudo o que ela traz julgamos válido nos pautarmos no Materialismo Histórico Dialético, que propõe o estudo e a compreensão das relações dos indivíduos com o meio a partir de suas histórias, de seus discursos e de tudo o que já trazem em si.

Aprendizagem de uma Língua Estrangeira (LE) e de PLAc¹

Há diversos motivos pelos quais um indivíduo busca aprender uma nova língua, dentre os quais podemos citar: mudança de país, intercâmbio para estudos, puro encantamento pela cultura do país falante da língua alvo ou imigração/refúgio.

É importante aqui apresentar uma diferenciação entre aquisição e aprendizagem de LE. Para Krashen (1985) a aquisição é automática, inconsciente e informal, ou seja, o sujeito adquire a língua de forma natural, no dia a dia. Por outro lado, a aprendizagem é controlada, consciente e formal, isto é, depende de instrução em algum nível (escola, curso, livros didáticos, aulas, exercícios, autoinstrução etc.). No entanto, cabe aqui ressaltar que essa distinção não é absoluta, pois os limites entre aquisição e aprendizagem são tênues e ambos os processos muitas vezes se misturam na vida prática do indivíduo, como salienta Figueiredo (2004).

Enquanto o ensino-aprendizagem de Português como LE ou PL² - normalmente voltado a intercambistas que buscam uma melhora do currículo escolar e/ou experiência cultural em outro país - foca no domínio da língua e de sua estrutura, da gramática vigente e das competências linguísticas, o ensino e PLAc vai além. O estudo da língua como estrutura torna-se um dos pontos de acolhimento do imigrante que chega ao país, mas é o primeiro passo. O ensino de PLAc é orientado para a ação, sendo um direito do indivíduo que chega à nação e que possibilita a este conhecer a língua, a cultura, além de seus direitos e deveres no país da língua alvo. A realidade, as vivências e as necessidades sociais do aluno são consideradas no processo de ensino-aprendizagem, e o objetivo final é oferecer

concomitantemente o ensino da língua oficial como língua estrangeira e questões culturais da comunidade, bem como a criação de abrigos, apoio

¹ PLAc aqui é tido como “Português como Língua de Acolhimento”.

² PL2: Português como Segunda Língua.

financeiro e auxílio para as/os imigrantes encontrarem emprego, por exemplo (BERNARDO, 2016, p. 18).

O mediador, ao deparar-se com esse público, notará etapas comuns no processo de aprendizagem da língua-alvo³. No início, o aluno comunica-se na maior parte do tempo utilizando sua língua materna, pois não tem base linguística suficiente para utilizar-se da língua-alvo e está no processo de redução do distanciamento social e psicológico (Schumann, 1978), ou seja, está em processo de adaptação à nova língua e cultura no qual está se inserindo. Ao longo desse processo de mediação, considera-se o conhecimento que o aprendiz traz em sua bagagem comunicativa, pois “no processo educacional, a experiência pessoal do aluno é tudo.” (VYGOTSKY, 2010, p. 64). Esse “considerar o outro” também faz parte do acolhimento proposto em PLAc. Usaremos de forma mais frequente os termos mediação/mediador e não professor pois o processo de aprendizagem de uma língua torna-se mais rico e natural quando há a mediação e a construção coletiva do conhecimento, e não apenas a transmissão de informações.

Há também que se pensar que quando o ensino de uma língua é estático, apenas pautado em regras e distanciado do meio social e das vivências reais, tende a tornar-se mecanizado e improdutivo. Como afirma Vygotsky “toda educação é de natureza social, queira-o ou não” (2010, p. 63), e por esse motivo a interação entre indivíduos e o meio social que os cerca torna-se essencial, pois possibilita trocas e aprendizados que enriquecem e facilitam o aprendizado da língua, além de colaborarem para a internalização, formação e transformação do que se aprende.

Com a instauração da pandemia de COVID-19⁴ em Março de 2021 a rotina dos indivíduos foi modificada completamente, com diversas restrições de trânsito e aglomeração em locais como bares, restaurantes, cinemas e escolas. As aulas, anteriormente presenciais, tornara-se online e os professores/mediadores necessitaram migrar suas aulas para sistemas como AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem), Moodle, Zoom e Google Meet. A utilização de tecnologias fez-se necessária para que o processo de ensino-aprendizagem se tornasse mais dinâmico e próximo do ensino “face a face”. Muitas dessas ferramentas colaboraram para com a rapidez na comunicação e a entrega de atividades.

O ensino de PLAc, que não poderia ser adiado já que a chegada de indivíduos em situação de refúgio ao Brasil continuou, também sofreu modificações. E é nesse momento que nosso estudo está situado. A partir dessa situação surgem as seguintes questões:

³ Por língua-alvo compreende-se a língua ao qual o indivíduo busca conhecer e dominar que não a sua.

⁴ Síndrome Respiratória Aguda Grave 2, também conhecida como COVID-19 ou coronavírus.

- 1) Como acolher um aluno em ambiente virtual?
- 2) De que forma os professores/mediadores utilizaram tais ferramentas a favor do ensino libertador?

Objetivos

Esse trabalho tem por objetivos analisar e compreender

- Quais os desafios enfrentados pelos professores formadores durante o processo formativo de novos professores de PLAc;
- Quais as estratégias e ferramentas utilizadas pelos professores em formação durante o processo de ensino-aprendizagem de PLAc a alunos não falantes de português;

Metodologia

Ao longo deste trabalho nos pautaremos, como mencionado anteriormente, no método Materialista Histórico Dialético, pois busca-se, ao longo deste trabalho, compreender o aprendizado e a formação de professores de Português como Língua de Acolhimento em um contexto social, dentro de um sistema capitalista - este vigente no Brasil, país foco da nossa pesquisa. Realizaremos um estudo de caso, que segundo Goldenberg (2011, p. 33) “considera a unidade social estudada como um todo seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-lo em seus próprios termos” e que Yin (2005, p. 32) complementa como sendo “uma forma de se fazer pesquisa empírica que investiga fenômenos contemporâneos dentro de seu contexto de vida real”.

Nos basearemos na abordagem qualitativa, que é composta, basicamente, por cinco características:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (TRIVIÑOS, 1989, p. 128 - 130).

Esse estudo será dividido em etapas, a saber:

1ª Levantamento e refinamento bibliográfico;

2ª Construção de entrevistas semiestruturadas, que para Manzini (1990/1991, p. 154) é formada por um roteiro com perguntas principais acerca de um assunto, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista. Tais entrevistas serão aplicadas aos participantes (professores formados e professores em formação) a fim de coletar dados para análises e não irão conter dados que permitam a identificação dos entrevistados (nome, idade, sexo, etc), contendo apenas a identificação da posição ocupada, a quanto tempo ocupa tal lugar e questões relacionadas às experiências e aprendizados no que diz respeito ao ensino de PLAc (Português como Língua de Acolhimento). Tais informações serão utilizadas única e exclusivamente com a permissão dos participantes através da assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido).

3ª Leitura e análise de Portfólios de Estágio e Relatos de Estágio produzidos pelos professores em formação ao longo de seu processo formativo para verificar as transformações vivenciadas por esses indivíduos. Tais leituras e análises também serão realizadas apenas em caráter teórico, sem expor os participantes e sendo realizadas apenas com permissão prévia.

4ª Leitura e análise de produções e publicações dos professores formadores e dos professores em formação no que tange ao ensino de português para falantes de outras línguas entre os anos de 2020 e 2021, período em que a pandemia de Covid-19 foi instaurada.

5ª Análise do corpus, alinhando-o com o Materialismo Histórico Dialético em busca de proximidades e disparidades, permitindo assim a compreensão, de forma mais real, sobre o processo de ensino de Português para alunos falantes de outras línguas em período de pandemia.

Resultados esperados

Esperamos que, a partir dessa pesquisa, compreender de que maneira a práxis - teoria atrelada à prática com o objetivo do aprendizado e da transformação - se aplica quando o aprendiz e o mediador estão distantes um do outro fisicamente e tendo como ferramenta de comunicação uma (ou mais) tecnologia(s). Para além disso buscamos entender de que formas os professores em formação foram capacitados para agir em um período de extremos - como a pandemia instaurada e até o momento não terminada - e quais as dificuldades encontradas ao deixarem as salas de aula para aplicarem na prática os conhecimentos recebidos.

Considerações Finais

A educação, até chegar no ponto em que estamos inseridos, sofreu diversas

transformações, mudanças essas acarretadas por necessidades históricas, econômicas e recentemente, de saúde pública. Mesmo com o período de pandemia de COVID-19, onde os ambientes escolares foram fechados, o processo de ensino-aprendizagem não parou. Novos professores foram (trans)formados e novos alunos surgiram.

Todavia mais do que em qualquer outro período houve um aumento exponencial do uso de tecnologias digitais como meios para o ensino e para a dinamicização do mesmo, e com isso os professores em formação necessitaram aprender a como lidar com essa nova realidade. Pensando no ensino de Português como Língua de Acolhimento os mediadores, para além de apenas ensinar a língua em sua estrutura e forma, buscaram acolher, auxiliar de várias formas os indivíduos que chegaram ao país em busca de uma vida melhor. O social, histórico e o cultural tornam-se ainda mais importante de serem considerados, pois a partir do que cada indivíduo já traz em si pode-se ensinar de forma bem sucedida a língua e a cultura alvo, oferecendo novos conhecimentos aos que chegam sem que suas culturas, valores, crenças e línguas maternas sejam apagadas, desconsideradas e esquecidas.

Referências

- BERNARDO, M. A. S. **Português como Língua de Acolhimento**: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil. São Carlos: 2016.
- GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- KRASHEN, S. **The Input Hypothesis**: issues and implications. Harlow: Longman, 1985.
- LUQUE, A. & VILLA, I. Aquisição da linguagem. In: C. Coll, J. Palácios & A. Marchesi (Orgs.). **Desenvolvimento psicológico e educação** (Vol. 1, p. 149-164). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. São Paulo: Didática v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010.
- TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a Pesquisa Qualitativa em Educação - O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.
- PIAGET, J. **Biologia e conhecimento**: ensaio sobre as relações entre as regulações orgânicas e os processos cognoscitivos. Petrópolis: Vozes, 1973.
- VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

JOVENS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA E AS PRÁTICAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO FÍSICA: implicações pedagógicas na culturacorporal

Wemerton Martins SANTOS¹

Júlio César dos SANTOS²

Agência financiadora da pesquisa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás – FAPEG

Palavras-chave: práticas digitais; educação física; cultura corporal; educação básica.

Temática

Este projeto de pesquisa tem como objetivo mapear as produções acadêmicas publicadas nos últimos 10 anos sobre o tema: os usos e apropriações de práticas digitais como recurso didático nas aulas de educação física - na e para além da situação superlativa pandêmica da COVID-19. Para tanto, lançar-se-á mão dos estudos teóricos já produzidos na literatura acadêmica brasileira, a partir do Banco de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores: aulas de educação física, usos e apropriações, práticas digitais e recursos didáticos, assim com suas interseções, sinônimos e abreviações de modo a produzir o estado da arte das pesquisas e publicações nesta temática. É o recorte, através do qual se buscará compreender, nas publicações, as implicações que tais usos e apropriações dessas práticas digitais, em específico, podem ter trazido para a formação dos jovens estudantes da educação básica. Por conseguinte, esta pesquisa visa a ampliação e qualificação do banco de dados sobre o tema de modo a possibilitar o acesso a demais pesquisadores, professores e estudantes aos conhecimentos acumulados neste escopo na última década e, portanto, trazer e possibilitar novas questões acerca do tema.

Problema de pesquisa:

Quais implicações pedagógicas os usos e apropriações das práticas digitais, como recurso didático nas aulas de Educação Física, trazem para a cultura corporal de jovens estudantes da educação básica?

¹Mestrando, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal de Goiás (IFG), wemerton26@gmail.com - <http://lattes.cnpq.br/8641262178553499>.

² Orientador, Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) do Instituto Federal de Goiás (IFG), julio.santos@ifg.edu.br - <http://lattes.cnpq.br/8258339363624501>.

Os objetivos

Geral:

Identificar as produções acadêmicas publicadas nos últimos 10 anos sobre os usos e apropriações de práticas digitais como recurso didático nas aulas de educação física - na e para além da situação pandêmica da COVID-19.

Específicos:

Compreender a partir das publicações “quais são as implicações que os usos e apropriações das práticas digitais podem trazer para a formação dos jovens estudantes da educação básica;

Ampliar o banco de dados sobre o tema de modo a possibilitar o acesso de pesquisadores, professores e estudantes às produções acadêmicas já realizadas de 2012 a 2022.

Metodologia

O caminho a ser percorrido na presente pesquisa, tomará por critérios as múltiplas determinações e contradições nas relações humana, aqui representadas pelo recorte da educação - educação física, no bojo da história, da sociedade e da cultura na realidade concreta.

Ao olharmos para a realidade investigada, buscaremos compreender as suas perspectivas dialógicas e antagônicas. Analisaremos o objeto “práticas digitais na educação física”, para além da aparência, buscando identificar as categorias que constituem a realidade.

Entendemos que não existe uma neutralidade científica, pois o processo implica necessariamente em ir de forma intencional à realidade concreta material do objeto e conhecê-lo como realidade e abstração, indo do concreto ao concreto pensado.

Portanto, entendemos que o pensamento teórico é a possibilidade de apreensão da realidade, olhando para a teoria compreendendo-a qualitativamente diferente do pensamento imediato, pois é construído na reflexão dentro de um processo histórico e cultural, que permitirá apropriar dos conhecimentos já produzidos pela humanidade (ECHALAR, PEIXOTO e ALVES FILHO, 2020).

Deste modo, tomando como ponto de partida o entendimento que iremos buscar a identificação das produções acadêmicas neste campo e recorte, compreendemos que há diversos aspectos a serem considerados relativos aos aspectos do desenvolvimento da educação física e seus processos de ensino e aprendizagem no que diz respeito aos usos e apropriação das tecnologias digitais em suas práticas, o que leva às considerações de Saviani *apud* Araújo (2008 p. 150) quando ele se refere a quatro tipos de pesquisa bibliográfica que ele denomina “balanço”:

O balanço como um levantamento da situação em que se encontra a produção historiográfica, uma espécie de ‘estado da arte’, realizado em função de objetos específicos de pesquisa que se pretende investigar; 2) o balanço como um registro sequencial do conjunto da produção da área, visando evidenciar a progressiva constituição, o desenvolvimento e consolidação do campo de história da educação no Brasil; 3) o balanço como uma sistematização da produção disponível na área, tendo em vista sua incorporação ao ensino da disciplina história da educação nos cursos de pedagogia e de mestrado e doutorado em educação; 4) o balanço como um levantamento, mais ou menos exaustivo, dos estudos e pesquisas produzidos, tendo em vista compor um registro global que, colocado à disposição dos estudiosos da área, será utilizado de acordo com os seus interesses específicos.

Os levantamentos sistemáticos ou balanços, permitem conhecer, dialogar, rever e produzir conhecimentos sobre determinado tema ou assunto, assim favorecem um serviço de destacamento dos principais fatores e, deste modo, organizando discussões, apresentando a realidade concreta e democratizando o acesso às publicações científicas.

Nesta perspectiva, o que se pretende realizar com este projeto é uma pesquisa que pode ser considerado como um levantamento dos estudos e pesquisas produzidos sobre o tema, percebendo também, as categorias para análises do material mapeado e, em vista disso, a produção do estado da arte, que poderá fornecer subsídios referenciais aos estudos e pesquisas neste recorte.

Corroborando com Silva, Souza e Vasconcellos (2020) que o estado da arte é mais que um simples mapeamento das produções científicas dos campos de conhecimentos, é também, o desafio de ir para além, pois constitui-se de um tipo de pesquisa com a metodologia de caráter inventariante e descritivo que propondo-se conhecer as teses, dissertações, publicações e outros, mas permitem análises, intercâmbios entre os textos e apresentar novas lacunas.

Destarte, tomaremos como campo de pesquisa o Banco de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, por sua relevância social/acadêmica, credibilidade/confiabilidade, disponibilidade on-line dos arquivos digitalizados e por sua acessibilidade gratuita para o acesso/busca pelos demais pesquisadores.

Para realização da busca, foi estruturado a sentença de busca (strings), para a realização levantamento sistemático, utilizaremos dos elementos básicos “[...] população, intervenção, comparação e resultado” (PICO) (ABRANTES e TRAVASSOS, 2007, p.3), baseados na problemática da pesquisa, no conceito de práticas digitais, nos sinônimos e nas palavras alternativas.

No quadro 01, representa a questão norteadora da pesquisa, ao qual serão retirados os elementos de buscas PICO e, conseqüentemente, encontrando suas interseções, sinônimos e abreviações.

Quadro 1 – Questão norteadora da pesquisa.

Quais implicações pedagógicas os usos e apropriações das práticas digitais, como recurso didático nas aulas de Educação Física, trazem para a cultura corporal de jovens estudantes da educação básica?

Utilizando de Abrantes e Travassos (2007), podemos compreender que os elementos estruturantes da sentença de busca correspondem à população as Aulas de educação física na educação básica, a internação constitui-se como as práticas digitais, a comparação é os recursos didáticos e o resultado são os usos e as apropriações, as palavras de busca estão correlacionadas diretamente com a problemática central da pesquisa em questão, deste modo portando-se como marcadores específicos de busca afins de uma afinamento nas teses e dissertações que possuem a temática.

No quadro 02, apresenta os termos (operadores booleanos) que envolvem a problemática suas interseções, sinônimos, abreviações, palavras alternativas organizados dentro da estruturação PICO.

Quadro 2 - Termos organizados nos elementos PICO.

Elementos básicos	Termos dispostos na problemática da pesquisa	Termos referenciados no conceito de práticas digitais, nos sinônimos e nas palavras alternativas
População	Aulas de educação física na educação básica	Educação física, cultura corporal e cultura corporal de movimento.
Intervenção	Práticas digitais	Tecnologia, prática corporal virtualizada, prática virtual, prática cibernética, TDIC e TIC.
Comparação	Recurso didático	Dispositivo didático e unidade didática.
Resultado	Usos e apropriações	Utilização, perspectivas, ações pedagógicas, intervenções e intervenções.

Assim, chegando no conjunto de elementos necessários para realizar a busca no banco de dissertações e teses CAPES, que possibilita o refinamento para encontrar o maior número possível de teses e dissertações que discutam propriamente o tema e, com isso, estabelecer o mapeamento das produções, como representado no quadro 03, a sistematização da strings de busca juntamente com os operadores booleanos.

Quadro 3 – Organização da *strings* de busca com os operadores booleanos.

(“Aulas de educação física na educação básica” OR “Educação física” OR “cultura corporal” OR “cultura corporal de movimento”) AND (“Usos e apropriações OR Utilização, perspectivas, ações pedagógicas OR intervenções OR intervenções”) OR (“Práticas digitais” OR Tecnologia OR “prática corporal virtualizada” OR “prática virtual” OR “prática cibernética” OR “TDIC” OR “TIC”) AND (“Recurso didático” OR “dispositivo didático” OR “unidade didática”)

Com a construção da strings de busca com os operadores booleanos, possibilita a ação de busca no banco de dados, para assim, o mapear as teses e dissertações que serão ponto de partida para a identificação das produções acadêmicas que foram publicadas nos últimos 10 anos sobre o tema: os usos e apropriações de práticas digitais como recurso didático nas aulas de educação física - na e para além da situação superlativa pandêmica da COVID-19, caracterizando-se como campo empírico, onde após leituras e análises encontram-se as principais recorrências, tendências, lacunas, referências, percepções, objetivos, metodologias, métodos e abordagens nos textos.

O recorte de 2012-2022 anos é motivado pelo marco constituído pela publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica de 2013, na qual se exigem dos professores os conhecimentos dos mecanismos, instrumentos e habilidades do mundo digital, para ampliar a compreensão dos “[...] pressupostos dos nativos digitais” (BRASIL, 2013, p. 59). Infere-se também que o período de 2012-2013, anterior a estas determinações, é indispensável, para compreendermos as influências dessas exigências no escopo das publicações acadêmicas, tornando então, o marco inicial para a pesquisa.

Corroborando com Moraes (2016, p. 28), acreditamos que o mapeamento dará base para análises de dados que nos permitirá a “[...] identificação de elementos comuns ou discrepantes nos referenciais teóricos, o reconhecimento das perspectivas metodológicas que sustentam as investigações, bem como outras tendências que emergem das fontes analisada”, possibilitando, portanto, análises da produção dos pensamentos e perspectivas dos usos e apropriação das práticas digitais na Educação Física ministrada na educação básica.

Assim, será possível evidenciar as principais implicações que tais práticas digitais podem trazer para a formação no que se refere a cultura corporal dos sujeitos estudantes da educação básica e assim, por ação concomitante, ampliar o banco de dados sobre o tema de modo a possibilitar o acesso de pesquisadores e estudantes às produções acadêmicas deste tema já realizadas na década 2012-2022.

Considerações

Observa-se que as práticas digitais na Educação Física vêm causando tensões na área acadêmica e na educação básica pelas contradições que apresenta na sua constituição histórica vinculada às práticas corporais em sua constituição histórica vinculada às práticas corporais, o que é ainda mais agravado pelos documentos oficiais - DCN e BNCC, que exigem dos professores a utilização de perspectivas “inovadoras” com uso de tecnologias digitais. O que explicita a necessidade de se repensar os objetivos de uma formação orientada pela concepção instrumental do ensino da educação física, buscando outros mecanismos e concepções que possibilitem transformar o ato educativo com o uso de tecnologias para além do sentido potencializador e eficientista.

Referências

ARAÚJO, C. H. S. **Discursos pedagógicos sobre os usos do computador na Educação**

Escolar (1997-2007). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2008.

ABRANTES, J. F. TRAVASSOS, G. Revisão quasi-Sistemática da Literatura: Caracterização de Métodos Ágeis de Desenvolvimento de Software. UERG - COPPE/Sistema. Rio de Janeiro. 2007.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 30, Mar. 2022.

_____. Ministério da Educação. Gabinete do Ministro. **Portaria Nº 343**. Brasília, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>> Acesso em: 30, Mar. 2022.

_____. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf> Acesso em: 30, Mar. 2022.

ECHALAR, A. D. L. SOUSA, D. R. ALVES FILHO, M. A. Fundamentos Teóricos e Epistemológicos da pesquisa *In: TRAJETÓRIAS Apropriação de Tecnologias por Professores da Educação Básica Pública*. Org. Jhonny David Echalar, Joana Peixoto e Marcos Antônio Alves Filho. Editora Ijuí: 19-32 Ed. Unijuí, 2020.

MORAES, M. G. PESQUISAS EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: GÊNESE E PERCURSO DE UM TEMA. *In: Pesquisas sobre educação e tecnologias: questões emergentes e configuração de uma temática*. 17 - 29. Tese de Doutorado. Goiânia: 2016.

SILVA, A. P. N., SOUZA, R. T., VASCONCELLOS, V. M. R. O estado da arte ou o estado do conhecimento. Educação, Porto Alegre, 43 n. 3, p. 1-12. 2020.

Comissão Organizadora do Evento

Aurizete da Silva Rezende (mestranda do PPGE/IFG)

Joana Peixoto (professora do PPGE/IFG)

Néri Emílio Soares Junior (professor do PPGE/IFG)

Pedro Enrique Nunes Lima (mestrando do PPGE/IFG)

Telma Aparecida Teles Martins Silveira (professora do PPGE/IFG)